

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.835.579/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Adecoagro Brasil Participações S.A. apresenta-lhes o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento à Lei 6.404/76 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, convergentes com as normas internacionais, compreendendo o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2022 e encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas pelo Relatório dos Auditores Independentes.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mesmo diante de um ano repleto de desafios, que envolveu desde fatores climáticos até mudanças regulatórias/tributárias com impacto significativo no agronegócio brasileiro, os resultados da Adecoagro no Brasil em 2022 foram muito positivos, principalmente pelo trabalho focado na eficiência, na flexibilidade e na estratégia comercial. Seguimos a ampliação de nossa área de cultivo e os indicadores de produtividade começaram a voltar ao patamar esperado, principalmente a partir do segundo semestre. O modelo de negócio pautado pela alta flexibilidade, que permitiu maximizar a fabricação do produto com maior contribuição marginal, e a comercialização dos produtos nos momentos mais vantajosos, foram diferenciais importantes para atingir os resultados planejados. Também continuamos progredindo com o projeto de geração de biogás a partir da vinhaça, que atualmente se traduz em maior produção de energia elétrica, com potencial para gerar biometano, reduzindo o consumo de diesel, um grande passo no caminho para nos tornarmos cada dia mais sustentáveis e eficientes. A entrega, o esforço e o foco de nossa equipe, a qual souz grato, nos permitiu continuar crescendo de maneira consistente e sustentável, bem como consolidar a Companhia como uma referência no mercado.

Renato Junqueira Santos Pereira

Vice-Presidente de Açúcar, Etanol e Energia da Adecoagro no Brasil

2. DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A Adecoagro Brasil Participações S.A. ("ABP" ou "Companhia") foi constituída em 1 de fevereiro de 2006 e está sediada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como controladora direta a Adecoagro LP S.C.S. ("LP" ou "Controladora"), com sede em Luxemburgo. O Grupo Adecoagro é controlado por empresa de capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a Adecoagro S.A., e, no Brasil, é composto ainda pelas seguintes empresas, controladas pela Companhia: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI"), Usina Monte Alegre Ltda. ("UMA"), Adecoagro Energia Ltda. ("AEN"), Angélica Energia Ltda. ("AEL"), Ivinhema Energia Ltda. ("IEL"), Adecoagro GD Ltda. ("AGD"), Monte Alegre Combustíveis Ltda. ("MAC"), Methanum Engenharia Ambiental Ltda. ("MET") e das empresas relacionadas: Adeco Agropecuária Brasil Ltda. ("AAB") e Adecoagro Agricultura e Participações Ltda. ("AAP"), estas duas últimas controladas pela Adecoagro LP S.C.S. O Grupo tem como atividade preponderante a exploração agrícola da cana-de-açúcar, a produção, comercialização e exportação de açúcar e etanol e seus derivados, atividade de produção e comercialização de energia elétrica e produção e comercialização de outros produtos agrícolas. A produção agrícola é realizada majoritariamente em terras de terceiros, contratadas através de contratos de parceria agrícola de longo prazo, a qual é utilizada como matéria prima em seu processo produtivo. As atividades industriais do Grupo Adecoagro no Brasil se iniciaram em 2005 com a aquisição da Usina Monte Alegre Ltda. (controlada da Companhia). A planta industrial de Angélica - MS entrou em operação em setembro de 2008, enquanto a industrial de Ivinhema - MS iniciou as atividades em maio de 2013. Em agosto de 2022, a Companhia adquiriu 85% da participação societária da controlada Methanum Engenharia Ambiental Ltda., consolidando a parceria que vem desenvolvendo desde alguns anos, com foco em biogás e biometano. Em novembro de 2022, a controlada Angélica Energia Ltda. ("AEL"), localizada na cidade de Angélica - MS, iniciou suas atividades com a produção de um volume de 25.294 Megawatt-hora de energia elétrica com exportação líquida (venda) de 25.294 Megawatt-hora. Em dezembro de 2022, a controlada indireta da Companhia, Monte Alegre Combustíveis Ltda., localizada em Monte Belo - MG, iniciou suas operações de distribuição de combustíveis, comercializando 746 metros cúbicos de etanol hidratado. A seguir, apresentamos dados operacionais, financeiros, investimentos e sustentabilidade consolidados da Companhia:

3. RESULTADOS DO ANO

O volume de moagem foi de 10,5 milhões de toneladas, 0,5 milhão de toneladas menor do que 2021, devido ao início da moagem em meados de março como consequência de fatores climáticos adversos, após uma curta entressafra, sendo que para 2021 tínhamos realizado safra contínua. Apesar dos volumes menores, os resultados superiores foram explicados principalmente pelo aumento nas vendas líquidas impulsionadas pela flexibilidade operacional e comercial da Companhia, que

permitiu aproveitarmos os preços atrativos do etanol e açúcar, principalmente no primeiro semestre. Ao longo de 2022, o cenário de preços dos produtos experimentou mudanças significativas. O início tardio das atividades de colheita no Centro-Sul do Brasil e os fortes preços internacionais do petróleo impactaram positivamente os preços no início do ano. Dentre as estratégias da Companhia para capturar a melhor remuneração pelo ATR produzido, podemos destacar (i) carregue de um maior volume de estoque de açúcar e etanol produzido em 2021 para ser vendido no início de 2022 e (ii) venda de etanol nos momentos propícios, capturando ótimos preços, sendo 23% das vendas de etanol do ano realizadas a 26 ct/b em equivalente de açúcar (aproximadamente 38% acima do preço de açúcar no mesmo período). No segundo semestre, os preços de etanol, foram negativamente impactados por mudanças tributárias no Brasil (redução de ICMS e isenção de tributos federais sobre combustíveis). A Companhia conseguiu, com isso, rapidamente adaptar sua estratégia ao contexto atual, focando (i) na maximização da produção e comercialização de açúcar e etanol anidro, enquanto aumentava o estoque de etanol hidratado; (ii) na exportação de etanol anidro para a Europa para capturar um prêmio em relação aos preços domésticos (aproximadamente 25% de toda a produção), beneficiando-se das certificações e da capacidade de atender às especificações do produto; e (iii) na otimização do uso do bagaço como combustível para desidratar estoques de etanol, em detrimento da produção energia elétrica, principalmente devido aos baixos preços.

Dados operacionais				
	métrica	12M 2022	12M 2021	Variação
Moagem				
Cana-de-açúcar moída	tons	10.485.000	10.941.000	(455.999) (4,2%)
Produção				
Açúcar	tons	481.918	546.817	(64.899) (11,9%)
Etanol	M3	540.231	534.603	5.628 1,1%
Hidratado	M3	184.644	292.708	(108.063) (36,9%)
Anidro	M3	355.587	241.896	113.691 47,0%
Energia exportada	MWh	608.964	730.739	(121.775) (16,7%)
CBios	Un.	500.333	629.806	(129.473) (20,6%)
Área				
Plantação de cana-de-açúcar	hectares	192.987	185.806	7.180 3,9%
Área de expansão e renovação	hectares	31.405	29.311	2.094 7,1%

Recursos líquidos de vendas					
	métrica	R\$/mil	12M 2022	12M 2021	Var.%
Unidades					
Açúcar (tons)	tons	949.448	1.114.759	(14,8%)	430.623
Etanol (m3)	M3	1.891.297	1.468.339	28,8%	552.171
Energia (MWh)	MWh	150.592	228.292	(34,0%)	706.632
CBios	Un.	49.074	20.743	136,6%	503.501
Grãos	tons	51.781	51.157	1,2%	18.864
Outros	tons	562	885	(36,5%)	-
TOTAL		3.092.754	2.884.175	7,2%	

Indicadores financeiros			
	12M 2022	12M 2021	Var. %
Índice de liquidez corrente	2,30	2,37	(2,6%)
Dívida líquida (R\$/mm)	2,291	2,339	(2,0%)
Índice de alavancagem	61	64	(4,8%)

4. INVESTIMENTOS

CAPEX	R\$/mil		
	12M 2022	12M 2021	Var. %
Plantaio de cana de açúcar	581.325	476.574	22,0%
Agrícola, industrial e outros	467.975	423.373	10,5%
Total	1.049.300	899.947	16,6%

5. REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

Dividendos	R\$/mil	
	12M 2022	12M 2021
(=) Lucro antes da distribuição	397.460	476.743
(-) Reserva legal	(19.873)	(23.837)
(=) Lucro distribuível do ano	377.587	452.906
(+) Saldo de Reserva de lucros a distribuir (anos anteriores)	703.116	466.878
(=) Lucro distribuível total	1.080.703	919.784
Percentual distribuído (%)	40%	32%
(=) Valor distribuído	433.278	295.430

De acordo com a Lei das S.A. e o Estatuto Social da Companhia, os lucros apurados terão a destinação que os acionistas determinarem, após as destinações legais obrigatórias. A proposta da administração é que o restante dos lucros do exercício seja constituído como reserva de lucros a distribuir.

6. SUSTENTABILIDADE

Faz parte de nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável investir em práticas ambientalmente responsáveis em toda a nossa cadeia de valor, o que inclui a interação com o meio ambiente. Nos preocupamos com a preservação e a conservação ambiental, investindo em ações de controle e iniciativas que promovam o cuidado com o meio ambiente e a mitigação dos possíveis impactos resultantes dos nossos negócios. Para tanto, contamos com o Plano de Gestão Ambiental (PGA), em total sintonia com as nossas aspirações e com as normas estabelecidas nas legislações ambientais em vigor. O plano visa estabelecer as diretrizes, estratégias e ações necessárias para a produção e operação sustentável e para o monitoramento e/ou controle de possíveis impactos ambientais decorrentes de nosso modelo produtivo e de nossas operações. Temos também uma Política Ambiental, válida para todas as nossas unidades no Brasil, na qual assumimos o compromisso de desenvolver nossas atividades integrando o meio ambiente à nossa estratégia empresarial, a fim de garantir o equilíbrio entre as operações e o respeito ao meio ambiente. Para assegurar maior confiabilidade à nossa gestão, todas as ações de gestão ambiental são monitoradas regularmente por meio de controles internos e auditorias (internas e externas), visando garantir o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e dos requisitos específicos como, por exemplo, a Certificação Bonsucro e o RenovaBio, que atestam a sustentabilidade de nossas operações. Procuramos utilizar os diversos insumos necessários de forma racional e otimizada, visando redução de custos e de consumo, mas, acima de tudo, focando no uso responsável, o que está no contexto de termos um processo produtivo sustentável e totalmente integrado entre atividades agrícolas e atividades industriais. **Plano de Gestão Ambiental:** • Prevenção e combate a incêndios; • Gestão de recursos hídricos; • Consumo de energia; • Gestão de resíduos; • Emissões atmosféricas; • Biodiversidade; e • Educação ambiental. Para saber com detalhes cada tópico acesse: <https://sustainability.adecoagro.com/pt/gestaoambiental>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas de contratos com clientes	29	-	-	3.092.754	2.887.599
Custos das vendas	30	-	-	(2.334.404)	(2.002.496)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos	11	-	-	550.792	489.093
Lucro bruto				1.309.142	1.374.196
Despesas com vendas	31	-	-	(147.287)	(138.015)
Despesas administrativas	31	(342)	(360)	(122.042)	(110.369)
Outras receitas e despesas, líquidas	32	-	(187)	17.143	(94.160)
Participação nos lucros de controladas	13	397.843	477.471	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro				1.056.956	1.031.652
Receitas financeiras	33	12	11	17.175	22.160
Despesas financeiras	33	(53)	(192)	(555.812)	(420.474)
Resultado financeiro				(41)	(398.314)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				397.460	476.743
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-	(120.859)	(156.595)
Lucro líquido do exercício				397.460	476.743
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				397.460	476.743
Média ponderada das ações ordinárias no exercício, em milhares de ações				134.940.484	134.940.484
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$				2,95	3,53

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício				397.460	476.743
Outros componentes do resultado abrangente				-	-
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				-	-
Variação no valor justo do ativo biológico e produto agrícola				550.792	489.093
Juros sobre passivos de arrendamento				98.642	61.383
Resultado na alienação baixa do ativo imobilizado e intangível				(17)	(17)
Resultado na alienação baixa do ativo imobilizado e intangível				(43.841)	6.093
Impairment de contas a receber				636	267
Plano de pagamento baseado em ações				20.882	14.163
Resultado de participações societárias				(397.843)	(477.471)
Resultados instrumentos derivativos				7	(22.451)
Hedge de fluxo de caixa, transferência do patrimônio				13	159.240
Resultado financeiro, líquido de hedge accounting				33	212.626
Prescrição de créditos tributários				33	187
Provisão para (reversão de) contingências				21	850
Lucro líquido do exercício abrangente				397.460	476.743
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				397.460	476.743

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				397.460	476.743
Depreciação e amortização	14/15	-	-	827.486	767.768
Depreciação direito de uso	16	-	-	283.001	227.094
Impairment por irreversibilidade de ativos	32/33	-	-	5.467	27.690
Variação no valor justo do ativo biológico e produto agrícola	17	-	-	(550.792)	(489.093)
Juros sobre passivos de arrendamento	12	-	-	98.642	61.383
Resultado na alienação baixa do ativo imobilizado e intangível	32	-	-	(17)	(17)
Resultado na alienação baixa do ativo imobilizado e intangível	32	-	-	(43.841)	6.093
Impairment de contas a receber	32	-	-	636	267
Plano de pagamento baseado em ações	34	-	-	20.882	14.163
Resultado de participações societárias	13	397.843	477.471	-	-
Resultados instrumentos derivativos	7	-	-	(22.451)	5.249
Hedge de fluxo de caixa, transferência do patrimônio	33	-	-	13	159.240
Resultado financeiro, líquido de hedge accounting	33	(12)	(11)	212.626	277.221
Prescrição de créditos tributários	33	-	-	187	850
Provisão para (reversão de) contingências	21	-	-	(1.271)	353
Fluxos de caixa das atividades operacionais				(395)	(552)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				1.507.927	1.563.588
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações				(379)	(405)
Imposto de renda e contribuições pagas	23	-	-	2.060.929	1.797.002
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais				(379)	(405)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				2.051.339	1.791.712
Aquisição de Investimento				-	(204)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	14	-	-	(1.005.760)	(878.768)
Aquisições de ativos intangíveis	15	-	-	(8.153)	(4.134)
Cisão de investimento	13	-	-	-	(781)
Juros recebidos	33	12	11	13.992	7.060
Dividendos recebidos	24	433.633	295.930	-	-
Recebimentos pelas vendas de ativo imobilizado				-	6.164
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento				433.645	295.941
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				(993.961)	(870.347)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	18	-	-	516.104	600.913
Amortização de empréstimos e financiamentos	18	-	-	(115.775)	(590.862)
Amortização de empréstimos com partes relacionadas	18	-	-	(204.396)	(595.329)
Pagamentos de instrumentos financeiros derivativos	33	-	-	(35.440)	(5.325)
Recebimento (pagamento) de partes relacionadas	25	(7)	(6)	(60)	25
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	24	(433.278)	(295.430)	(433.278)	(295.430)
Lucros distribuídos a não controladores	24	-	-	(82)	-
Pagamentos de operações com arrendamentos	17	-	-	(399.722)	(292.452)
Ações restritas reembolsadas	34	-	-	(13.499)	(7.841)
Juros pagos	18	-	-	(183.167)	(204.847)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos				(433.285)	(295.436)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				191	100
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				260	168

As transações das atividades que não impactaram o caixa estão apresentadas na Nota 28.

BALANÇO PATRIMONIAL											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	241	260	776.219	588.156	Forneceadores	22	10	-	253.318	292.540
Partes relacionadas	24	-	85	85	25	Passivo de arrendamentos	17	-	-	219.879	207.253
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	-	10.353	8.447	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	104.856	98.499
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	-	-	76.726	48.850	Empréstimos com partes relacionadas	18	-	-	90.609	39.259
Estoques	9	-	-	605.933	636.877	Salários e encargos sociais	19	-	-	98.442	92.907
Tributos a recuperar	10	30	28	91.076	64.342	Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	-	-	415	496
Ativo biológico	11	-	-	570.998	398.040	Tributos a recolher	20	-	-	22.299	17.958
Outros ativos	12</										

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Ltda. ("UMA"), Adecoagro Energia Ltda. ("AEN"), Monte Alegre Combustíveis Ltda. ("MAC"), Angelica Energia Ltda. ("AEL"); Methanum Engenharia Ambiental Ltda. ("MET"); Vinhema Energia Ltda. ("IEL") (Sem operação); Adecoagro GD Ltda. ("AGD") (Sem operação); Adeco Agropecuária Brasil Ltda. ("AAB", controlada por Adecoagro LP SCS); Adecoagro Agricultura e Participações Ltda. ("AAP", controlada por Adecoagro LP SCS) Essas empresas compartilham as estruturas e demonstrações comparativas, gerenciais e operacionais, cujos gastos são objeto de relatório mencionado na Nota 24.1. O Grupo Adecoagro Brasil é controlado por empresa de capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a Adecoagro S.A., sediada em Luxemburgo.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mais-valia de itens do ativo imobilizado registrada em 2009. Os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos estão ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação:** 2.1.1. **Alterações adotadas pela Companhia e pelo Grupo:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela Companhia e pelo Grupo pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. A seguir está uma relação dos CPCs: - CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. - CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. - CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. - Aprimoramentos anuais - ciclo 2019-2020: (i) CPC 48 "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser usadas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros; (ii) CPC 06 "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado; (iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais; (iv) CPC 29 "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo em ambas as normas brasileiras e internacionais. A adoção dessas normas pelo Grupo não teve impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. 2.1.2. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** Em 4 de julho de 2022, o CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o vigésimo documento de revisão de normas contábeis. As entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2023, ou seja, não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. Alteração do conceito de "estimativas contábeis" do item 5, dos itens 32, 34, 38 e 4 e do título do item 32 e inclusão dos itens 32A, 32B, 34A e 5 do CPC 23 - Políticas Contábeis. Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para esclarecer como devem ser distinguidas as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, aplicadas nas transações ou eventos prospectivamente, retroativamente e ao período atual. Inclusão da definição de "políticas contábeis" no item 7, alterando a letra e do item 10, o inciso i da letra c do item 114 e dos itens 117 e 122, incluindo os itens 117A e 117E e 139V e excluindo os itens 118, 119 e 121 no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para que na divulgação das políticas contábeis seja a "matéria" ao invés de "políticas contábeis". "Significativas": trazendo a definição e explicação de como identificar a "Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e as letras e e do item 24 e inclusão do inciso (ii) da letra b do item 15, do item 22A, da letra c do item 24, dos itens 98I, 98K e 98L e do exemplo 8 do Apêndice B do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, para requerer o reconhecimento do imposto diferido sobre as transações que no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento). Não se espera que essas alterações tenham qualquer impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo. Não há outras normas CPCs ou interpretações CPCs que ainda não tenham em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. 2.2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 31 de março de 2023. A administração, responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras referem-se aos diretores administradores eleitos e designados no estatuto social. Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora. **2.2.1. Consolidação:** As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Contróladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ao risco de retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os lucros ou prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação gere evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as quais foram consolidadas incluindo: - Adecoagro Brasil Participações S.A. ("ABP" ou "Companhia"); - Adecoagro Vale do Vinhema S.A. ("AVV" ou "Holding Operacional"); - Usina Monte Alegre Ltda. ("UMA"); - Adecoagro Energia Ltda. ("AEN"); - Monte Alegre Combustíveis Ltda. ("MAC"); - Vinhema Energia Ltda. ("VEL"); - Angelica Energia Ltda. ("AEL"); - Methanum Engenharia Ambiental Ltda. ("MET"); - Adecoagro GD Ltda. (Sem operação). **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda da principal atividade econômica no qual a Companhia e o Grupo atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e do Grupo, também a sua moeda de apresentação. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pela taxa de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, cartas de crédito e operações de compra e venda de clientes e fornecedores são reconhecidos no resultado do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Ativos financeiros:** 2.4.1. **Classificação e mensuração:** A Companhia e suas controladas avaliam os modelos de negócios que se aplicam aos ativos financeiros mantidos por elas e classificam os instrumentos financeiros nas devidas categorias: instrumentos de dívida e instrumento de patrimônio. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao valor justo por meio do resultado; ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e/ou suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **a) Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos financeiros de dívida cujas características do fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. (Nota 5.1). **b) Custo amortizado:** Os ativos financeiros categorizados como custo amortizado, cujo modelo de negócios estabelece que sejam mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, que representam apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal (Nota 5.1). **c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidas para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são os instrumentos de dívida que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, mediante o cumprimento das obrigações entre as partes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. O custo amortizado inclui os empréstimos e recebíveis e são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentadas na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.4.3. Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas em ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras do final de cada exercício. **2.4.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, em condições de mercado e dispostos a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, onde há a adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente. A Companhia e suas controladas adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designaram os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos com base em sua política de *hedge accounting* atualizada em 1º de julho de 2021. (o que segue: **a) Instrumentos de hedge:** Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - "ACC", Pré-pagamento de Exportação - "PPE"); **b) Objeto de hedge:** Projeções de vendas ou compromissos firmes futuros, ambos de *commodity* e denominados em moeda estrangeira (USD), onde a expectativa é considerada altamente provável, substancialmente na projeção de vendas do departamento comercial do Grupo. **c) Riscos protegidos:** O risco protegido é o risco da variação cambial de 1 dólar por 1 dólar, da exportação da venda futura de *commodity* devido a flutuação cambial entre o dólar estado-unidense e o real brasileiro. **2.5.1. Hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". A movimentação que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros. Estes valores acumulados no patrimônio são transferidos para a demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido *por hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando da realização da venda prevista que é protegida *por hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva e não efetiva dos instrumentos de *hedge*, ou seja, os empréstimos em moeda estrangeira e *swaps* de taxas de câmbio são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Quando um instrumento de *hedge* vende ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais os critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio até a realização do objeto de *hedge* e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.6. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda *por impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. **2.7. Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Os outros ativos estão a valor de custo e valor justo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **3.1. Valor justo dos ativos biológicos:** 3.1.1. **Lavoura de cana-de-açúcar:** O valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é deter-

minado por meio da utilização de dados internos e da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. Essa avaliação é realizada conforme orientações do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, e considera a melhor estimativa do Grupo na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa de cana-de-açúcar, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: Entradas de caixa: produtividade estimada para a área plantada dos canaviais, a quantidade de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar e aos preços futuros estimados do ATR; Saídas de caixa: custos necessários para os tratamentos culturais futuros até o momento da colheita, custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e mão de obra), custo de oportunidade da planta portadora (ativo contribuinte) e taxa de desconto (Nota 11). O resultado dessa avaliação pode ser muito diferente do resultado apresentado caso alguma ou várias dessas premissas não se confirmem. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das variáveis (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% na média móvel de 6 meses, no preço futuro do açúcar (leia da bolsa de Nova Iorque, Sugar #11) para o exercício de 2022, resultaria no aumento ou redução de R\$ 70.649 no valor justo do ativo biológico em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, se a estimativa projetada de produção da cana-de-açúcar variasse para mais ou para menos em 5%, o valor justo do ativo biológico seria aumentado ou reduzido em R\$ 56.212. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. **3.1.2. Lavoura de grãos:** O Grupo considera a melhor estimativa na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa de soja e milho, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, a: Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto. Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas até a colheita, (ii) custos com a colheita, (iii) custos de capital (parceria agrícola para utilização de terras, mão de obra e de máquinas e equipamentos) e (iv) taxa de desconto. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos da variável (i) preço da saca de soja, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço futuro da soja (leia da bolsa de Chicago - CBOT) para o exercício de 2022, resultaria no aumento ou redução de, aproximadamente, R\$ 826 no valor justo do ativo biológico em 31 de dezembro de 2022. **3.2. Imposto de renda, e contribuição social diferidos:** A Companhia e suas controladas reconhecem contabilmente os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constitui-se avaliada com base em projeções de resultados futuros de cada uma das entidades, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **3.3. Tratamentos fiscais incertos:** De acordo com a interpretação CPC 22, a administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias, ou seja, nos últimos 5 anos. Na avaliação da administração não foram identificados impactos da referida interpretação. **3.4. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A administração do Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **3.5. Taxa incremental de juros sobre arrendamentos:** A administração do Grupo estima uma taxa incremental sobre os arrendamentos considerando a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante. O CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos que possuem características similares. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa, utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a porção geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco do Grupo estabelecida pelo Comitê de Risco, o qual avalia o risco das posições (volumes, custos e preços) em mercados agrícolas de sua produção e aquisições de terceiros, quando por o caso, nos mercados SPOT, Futuros e Opções, no Brasil e no exterior, incluindo o uso de instrumentos financeiros derivativos, e em relação aos riscos cambiais e de taxa de juros. **4.1.1. Risco de mercado:** Os riscos de mercado são protegidos de acordo com a estratégia corporativa nas condições da política de gerenciamento de riscos. O Grupo contrata derivativos para reduzir sua exposição aos riscos de mercado. **a) Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo tem monitorado continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **b) Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais futuros ou aumentam valores captados no mercado. A ocorrência de "descompasso" de tempo e valor entre esses ativos e passivos é administrada por meio da utilização dos mecanismos de proteção ("hedging") disponíveis no mercado, conforme decisão da administração da Companhia e suas controladas. **c) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia e suas controladas considera o nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de vendas de recebíveis, a seleatividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas suas contas a receber. As vendas dos principais produtos do Grupo são centralizadas em poucos clientes, porém com boa qualidade creditícia, com baixo risco de inadimplência.

Produto	Quantidade de clientes	Porcentagem (*)
Etanol	43	63%
Açúcar VHP	17	24%
Açúcar cristal	7	2%
Açúcar orgânico	16	0%
Energia elétrica	25	5%
Óleos	2	2%
Soja	1	2%

(*) A porcentagem refere-se à representatividade de vendas centralizadas em relação às vendas totais do exercício social. As operações realizadas com a parte relacionada Adecoagro Uruguay S.A. (Nota 24), empresa integrante do Grupo Adecoagro com sede no Uruguai, correspondem a aproximadamente 22% das vendas totais do Grupo (2021 - 31%), e são representadas principalmente, pelas vendas de açúcar cristal e VHP. **d) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo de e volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Consolidado						
Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima 5 anos	Total	2022	2021
Fornecedores e demais contas a pagar	374.482	21.252	860	1.756	398.349	
Empréstimos e financiamentos (i)	150.522	231.040	873.369	-	1.254.931	
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas (i)	241.689	992.475	1.141.797	-	2.375.961	
Passivos de arrendamentos (ii)	284.842	371.871	849.899	949.069	2.455.681	
Instrumentos financeiros derivativos	-	500	-	500	500	
Em 31 de dezembro de 2022	1.051.535	1.617.138	2.865.925	950.825	6.485.422	

Consolidado						
Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima 5 anos	Total	2022	2021
Fornecedores e demais contas a pagar	407.339	1.024	1.381	411	1.019	
Empréstimos e financiamentos (i)	143.443	53.139	725.946	301.469	1.223.997	
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas (i)	185.440	422.734	1.677.847	74.379	2.360.400	
Passivos de arrendamentos (ii)	250.218	263.529	654.757	678.065	1.846.569	
Em 31 de dezembro de 2021	986.712	740.395	3.059.584	1.055.294	5.841.985	

Consolidado						
Nota	2022	2021				
Empréstimos e financiamentos	18	3.067.450	2.926.906			
Menos: caixa e equivalentes de caixa	6	(776.219)	(588.156)			
Total dívida líquida	-	2.291.231	2.338.750			
Total do patrimônio líquido	26	1.472.466	1.319.437			
Total do capital	-	3.763.697	3.658.187			
Índice de alavancagem financeira - %	-	61%	64%			

Consolidado								
Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurado ao valor justo por meio do resultado								
Ativos								
Instrumentos financeiros derivativos (i)	7	10.353	27.175	-	37.528	8.447	4.224	12.671
Ativo biológico (ii)	11	-	-	570.998	570.998	-	-	398.400
Outros investimentos	12	-	-	4.298	4.298	-	-	3.880
		10.353	27.175	575.296	612.824	8.447	4.224	401.920

Consolidado								
Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurado ao valor justo por meio do resultado								
Passivos								
Instrumentos financeiros derivativos	7	7.964	500	-	8.464	-	-	-
		7.964	500	-	8.464	-	-	-

(i) O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em

mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo em um instrumento foram adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2. (ii) O valor justo dos ativos baseados em instrumentos de premissas de mercado e internas são considerados de nível 3. Dentro desse nível o Grupo considera o valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos (Nota 11) e alguns outros investimentos minoritários de empresas não listadas em bolsa.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Com base no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a administração avaliou quais os modelos de negócios se aplicavam aos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas e os classificou nas devidas categorias da nova norma. Não houve transferência entre os níveis durante o exercício. A Companhia e suas controladas avaliaram no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão registrados por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Os principais efeitos são demonstrados a seguir:

Caixa e equivalente de caixa (nota 6)	Controladora		
	2022	2021	
	Custo amortizado	Custo amortizado	
	241	260	
	241	260	
	Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	
		Total	
Em 31 de dezembro de 2022			
Caixa e equivalentes de caixa	776.219	-	776.219
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	76.726	-	76.726
Depósitos judiciais	11.058	-	11.058
Partes relacionadas	85	-	85
Instrumentos financeiros derivativos	-	37.528	37.528
Outros investimentos (nota 12)	-	4.298	4.298
	864.088	41.826	905.914

Controladora			
2022	2021		
Custo amortizado	Custo amortizado		
8	15		
8	15		
Consolidado			
Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado		
	Total		
Em 31 de dezembro de 2021			
Caixa e equivalentes de caixa	588.156	-	588.156
Partes relacionadas	25	-	25
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	48.850	-	48.850
Depósitos judiciais	10.922	-	10.922
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.671	12.671
Outros investimentos (nota 12)	-	3.880	3.880
	647.953	16.551	664.504

5.2. Passivo, conforme o balanço patrimonial:

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses títulos não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor já provisionado. Os dias de vencimento dos clientes são segregados conforme abaixo:

Table with columns: Período, Até 30, Entre 30-60, Até 90, Após 90, Até 30, Entre 30-60, Após 90. Rows for 2022 and 2021.

9. ESTOQUES (CONSOLIDADO)
Os estoques do Grupo são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, se inferior ao valor líquido de realização, é constituída provisória para desvalorização desses estoques a mercado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda, aplicados a venda da produção agrícola. O Grupo utiliza o método de custeio por absorção para a produção industrial e o valor líquido de realização para a produção agrícola.

Table with columns: Produto acabado, Etanol anidro, Etanol hidratado, Alcool em gel, Açúcar VHP, Açúcar cristal, Açúcar orgânico, CBIOS (ii), Provisão para perda ao valor realizável líquido dos estoques (i). Rows for 2022 and 2021.

Estos produtos acabados têm a seguinte composição em quantidade:
Etanol anidro - metros cúbicos
Etanol hidratado - metros cúbicos
Açúcar VHP - toneladas
Açúcar cristal - toneladas
Açúcar orgânico - toneladas
CBIOS - unidades (ii)
Alcool em gel - toneladas

10. TRIBUTOS A RECUPERAR
Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows for Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i), Impairment créditos fiscais de ICMS (ii), Imposto de renda retido na fonte - IRRF (iii), PIS / COFINS (iii), Reintegra PIS / COFINS (iv), Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ, Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL, Contribuição ao instituto nacional de seguridade social - INSS (v), Imposto sobre produto industrializado - IPI (vi), Circulante, Não circulante.

Expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:
Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows for 2023, 2024, 2025, 2026.

(i) O ICMS a recuperar será compensado com os débitos aferidos nas vendas de etanol no mercado interno ou pela venda de etanol para terceiros e compensação de diferencial de ICMS em aquisições de imobilizado e material de uso e consumo. Os créditos de ICMS relacionados ao ativo imobilizado serão utilizados na proporção determinada pela legislação fiscal aplicável. O impairment reconhecido em 2022 e 2021 reflete a melhor estimativa da Administração de realização, pela venda dos créditos de ICMS no curto e longo prazo. (ii) O IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte são decorrentes de antecipações realizadas por instituições financeiras, relacionado a operações de aplicações financeiras (rendimentos). O IRRF será utilizado para compensações de outros tributos federais administrados pela Receita Federal, sendo que a compensação somente pode ser realizada após a transmissão da ECF - Escrituração Fiscal Digital do Grupo. (iii) O PIS-COFINS referem-se a créditos vinculados, substancialmente, à operação de aquisição de insumos e ao reconhecimento dos créditos decorrentes da ação judicial da "Exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da Cofins" no montante de R\$ 3.885 (2021 - R\$ 3.801). O Grupo está discutindo com seus assessores jurídicos acerca do direito aos créditos do regime especial do etanol "ad rem", motivo pelo qual, ainda não houve o reconhecimento contábil desses créditos. Em 2022, o saldo sofreu um incremento, decorrente da redução à zero da alíquota nas operações de venda no mercado interno do produto etanol. O saldo acumulado pode ser utilizado na dedução de PIS-COFINS incidentes em vendas tributadas e/ou utilizadas para compensação de outros tributos federais do Grupo. (iv) O REINTEGRA é vinculado às operações de exportação, esse crédito será utilizado para compensação de outros tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal. (v) O INSS - sobre venda futura de Etanol, Energia e Açúcar cujas remessas ainda não se efetivaram. (vi) O IPI - créditos vinculados a compra de insumos para industrialização do açúcar cristal tributado à alíquota zero, após a transmissão dos pedidos de ressarcimento, os valores serão utilizados para compensação de outros tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

11. ATIVO BIOLÓGICO (CONSOLIDADO)
- Cana-de-açúcar: Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía área total cultivável de 176.038 hectares (2021 - 169.089 hectares) de terras cultiváveis no estado do Mato Grosso do Sul e 16.949 hectares (2021 16.717) no estado de Minas Gerais, totalizando 192.987 hectares (2021 - 185.806) em terras de parceria agrícola. Essa cana-de-açúcar é utilizada como matéria-prima no processo industrial para a fabricação de açúcar, etanol e energia. Na controladora "UMA" o total de terras cultiváveis 1.196 hectares (2021 - 1.267) foram destinadas para o cultivo de cana orgânica. As áreas cultiváveis totais, incluem as áreas plantadas constantes no ativo biológico e as áreas disponíveis para plantio. O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano safra, a soqueira tratada cresce novamente e produz em média seis safras. Quando existem terras próprias as lavouras plantadas e as plantas portadoras, são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, exceto quando a inclusão do custo de oportunidade destes ativos contribuintes no fluxo de caixa descontado para mensuração do ativo (Nota 3.2.1). - Grãos: Em 31 de dezembro de 2022, as lavouras de soja e milho são mensuradas pelo valor justo menos as despesas de vendas, a partir do momento que possuiu transformação biológica significativa. A controladora "AVI" possui áreas cultiváveis em terras de parceria agrícola em cerca de 5.438 hectares de soja (2021 - 11.169 hectares) e 388 hectares de milho (2021 - 0 hectares) e sua controladora "UMA" possui 367 hectares de soja sem crescimento de ativo biológico significativo (2021 - 0 hectares) no estado de Minas Gerais. 11.1. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos: 11.1.1. Modelo e premissas da cana-de-açúcar: Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produtividade biológica de soja para a área plantada dos canaviais; (ii) quantidade de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de para a cana-de-açúcar, e (iii) do preço estimado do mercado futuro do quilo de ATR. Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para os tratamentos culturais futuros até o momento da colheita (ii) custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e mão de obra, (iii) custo de oportunidade da planta portadora (ativo contribuinte) e (iv) taxa de desconto. Com base na estimativa de receitas e custos, o Grupo determina os fluxos de caixa dos 12 meses futuros a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados a cada apresentação, se necessário, ajustados. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows for Área total estimada de colheita (ha), Produtividade prevista (ton/ha), Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar, Preço médio projetado de ATR (R\$), Taxa de desconto (antes dos impostos) utilizada para o cálculo do valor justo destes ativos biológicos considera a taxa do CDI + spread de 2,5%. Em 31 de dezembro de 2022, essa taxa é de 16,49% a.a (2021 - 11,88% a.a). 11.1.2. Modelo e premissas dos grãos: Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja, e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto. Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas até a colheita, (ii) custos com a colheita, (iii) custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, mão de obra e de máquinas e equipamentos), e (iv) taxa de desconto. Com base na estimativa de receitas e custos, são determinados os fluxos de caixa futuros a serem gerados e trazidos os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados a cada apresentação das demonstrações financeiras e, se necessário, ajustados. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows for Área total estimada de colheita (ha), Área de soja com crescimento de ativo biológico significativo, Área de soja sem crescimento de ativo biológico significativo (i), Área de milho sem crescimento de ativo biológico significativo (ii).

(i) As lavouras plantadas no final do exercício que não apresentaram crescimento biológico significativo na data das demonstrações financeiras, foram avaliadas ao custo de plantio e manutenção, uma vez que esse montante se aproxima do seu valor justo. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo destes ativos biológicos considera a taxa do CDI + spread de 2,5%. Em 31 de dezembro de 2022, essa taxa é de 16,49% a.a (2021 - 11,88% a.a).

11.2. Movimentação do valor justo dos ativos biológico

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows for Custo histórico, Valor justo, Ativos biológicos em 1º de janeiro, Movimentação: Tratos culturais (i), Depreciação do direito de uso / parceria agrícola (ii), Reduções decorrentes da colheita (iii), Variação no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos (iv), Saldo final de ativos biológicos, Composto por: Custo histórico, Valor justo, Saldo final de ativos biológicos.

(i) Refere-se a tratamentos culturais de cana e soja capitalizados no ano, a serem apropriados no ano seguinte, conforme o avanço da colheita. Os custos incorridos no cultivo de grãos são apropriados conforme a sua respectiva colheita. (ii) Os custos incorridos no ativo biológico de produção incluem os relacionados a cana de parceiros agrícolas. Esses custos, consideram os contratos de parceria incluídos na norma CPC 06 R2, os quais impactaram o ativo através da depreciação do direito de uso, como também os custos de compra de cana de contratos de parceria pura, ou seja, os que não estão enquadrados na norma. (iii) Em 31 de dezembro de 2022, do valor total da redução do ativo biológico decorrente da colheita de cana de açúcar do Grupo em montante de R\$ 982.750 (2021 - R\$ 1.053.368), o montante de R\$ 945.852 (2021 - R\$ 1.020.016) compõe o custo de produção industrial e o montante de R\$ 36.898 (2021 - R\$ 33.352) foi capitalizado como custo da planta portadora no "ativo imobilizado". (iv) A variação no valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos se refere ao resultado apurado na valorização do ativo biológico no momento da colheita, registrada no resultado do exercício em contrapartida do custo da cana-de-açúcar colhida que integrou o custo de produção do açúcar e do etanol, mais o resultado apurado na valorização a mercado do ativo biológico não colhido. O Grupo teve ganhos de R\$ 378.824 pela cana colhida e ganhos de R\$ 170.570 pela cana não colhida e ganhos de R\$ 1.398 pelos grãos colhidos (2021 - ganhos de R\$ 527.601 pela cana colhida e perda de R\$ 67.980 pela cana não colhida).

12. OUTROS ATIVOS

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2022, 2021. Rows for Adiantamentos de salários, Adiantamentos a fornecedores (i), Adiantamentos a parceiros agrícolas (ii), Adiantamento de lucros, Despesas antecipadas (iii), Outros investimentos (iv), Outros, Circulante, Não circulante.

14.1. Consolidado:

Table with columns: Terras e terrenos, Plantas portadoras, Edifícios, dependências e benfeitorias, Instalações industriais, Equipamentos de informática e de comunicação, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, instrumentos e ferramentas, Veículos, Manutenção de entressafra, Obras em andamento (i), Imobilizado total. Rows for 2022 and 2021.

14.2. Comentários sobre o imobilizado: (i) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as obras em andamento e os adiantamentos a fornecedores referem-se à ampliação da capacidade de produção e à renovação de equipamentos, maquinarias e instalações nas unidades industriais do Grupo. (ii) Com o adoção do CPC 06 (R2), os custos da planta portadora passaram a incluir também a adição das depreciações do direito de uso e sua respectiva capitalização de juros dos contratos de parceria agrícola, exclusivamente para os gastos realizados durante o período de formação da lavoura, tanto nos casos de expansão como de renovação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as adições estão considerando o impairment dos itens estragados no montante de R\$ 6.127. Em 31 de dezembro de 2022 não houve a necessidade de provisão para impairment. (iii) As despesas com depreciação que impactaram no resultado ficaram refletidas nas rubricas: "Custos de produção, despesas com vendas, administrativas", e para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa são considerados 100% como ajuste no lucro nas atividades operacionais (Nota 31). (iv) No exercício de 2021, a administração reclassificou para o custo de aquisição dos bens do ativo imobilizado o montante de R\$ 1.611 (2021 - R\$ 3.213) no grupo por tributos a recuperar, que corresponde aos créditos de ICMS dos bens utilizados na fabricação de produtos não abrangidos pelo benefício fiscal do crédito presumido, na proporção de suas respectivas vendas. (v) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o custo do investimento na controladora "AAB" em favor de Napier Participações Ltda., empresa controlada de Adecoagro LP SCS. (vi) Os financiamentos BNDES FINEME e FINEM estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 1.996 (2021 - R\$ 70.462); contratos de exportação de açúcar e aval de empresas e diretores do Grupo.

15. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Os softwares adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los, acrescido dos gastos para fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de certificação são capitalizados e amortizados conforme seus prazos de validade. As aquisições de marcas e patentes são capitalizadas. Os custos com marcas não são amortizados e as patentes são amortizadas pelo seu período de validade, agosto O processo de manutenção consiste em capturar o gás metano dos resíduos industriais do processamento da cana de açúcar e transformá-lo em produto para comercialização ou utilização pela controladora "AVI". O ativo da controladora "AVI" (R\$ 8.089) está fundamentado na rentabilidade futura estimada com base na instalação da unidade produtiva de Ivirhemma que não sofreu amortização contábil, mas começou a ser amortizado para fins fiscais a partir de maio de 2013, após o início de suas atividades produtivas e foi utilizado para amortização fiscal. O ativo da controladora "UMA" (R\$ 5.640) está fundamentado na rentabilidade futura. O ativo foi amortizado até 31 de dezembro de 2020 e, após aquela data, não sofreu amortização contábil, somente fiscal até a completa utilização do benefício fiscal. O intangível e o ativo estão sendo avaliados para verificar perdas por impairment comprovando que o valor contábil recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do item do ativo excede seu valor recuperável, sendo deduzido do valor de custo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não registrou perdas por impairment. Em 30 de setembro de 2022 e 2021 o Grupo realizou testes de impairment do ativo, o qual o valor contábil da UGC apresentou-se abaixo do seu valor recuperável, portanto sem indicativos de não recuperabilidade. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). O Grupo possui duas UGCs: (i) as unidades da controladora "AVI": Angelica e Ivirhemma; (ii) a unidade industrial da controladora "UMA": O Grupo utilizou o modelo de "valor em uso" para realizar o teste de impairment das UGCs de "AVI" "UMA" testado anualmente. "AEI", "AEL" e "MET" por não possuir ativo alocaado, foi avaliado e não identificado indicadores de impairment. As principais premissas e estimativas envolvidas são os preços de vendas dos produtos (açúcar, etanol e energia), custos relacionados e demais dados produtivos e de mercado. Principais premissas utilizadas pelo Grupo:

Table with columns: Controlada, Unidades geradoras de caixa, Ágio alocaado (Nota 15), Taxa de crescimento nominal para perpetuidade, Taxa de desconto nominal, Consolidado. Rows for UMA, AVI, Usinas Angelica e Ivirhemma, Usinas Monte Alegre, Em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração apresenta a reconciliação das taxas apresentadas acima (após impostos) e divulga suas correspondentes em taxas nominais antes dos impostos em 8,64% a.a. para UGC de AVI e 8,99% a.a. para UGC de UMA.

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows for Saldo inicial de passivos de arrendamentos, Adições / renovações, Pagamentos, Juros sobre passivos de arrendamento, Saldo final de passivos de arrendamentos, Circulante, Não circulante, Os contratos classificados como passivo de arrendamento têm a seguinte composição por vencimento:

(i) Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais de cana-de-açúcar, são demonstrados ao custo. (ii) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo realizou adiantamentos a parceiros agrícolas contratados, mas onde a área cultivável (ativo subjacente) ainda estava pendente de transferência de posse pelo parceiro agrícola. (iii) O Grupo possui despesas antecipadas referente a apropriação com despesas com exportação de açúcar, etanol, projeto Operar Seguro, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, taxas de autorização especial de tráfego dos caminhões pelas rodovias, licenciamentos de veículos, seguros de veículos, máquinas, equipamentos e edifícios entre outros. (iv) O Grupo possui investimento não relevante no CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A demonstrado ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a participação do Grupo no CTC é de 0,47% representado 3.605 ações ordinárias

13. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. As demonstrações financeiras individuais das controladas (Nota 1.2) foram preparadas pela Administração da Companhia e foram aprovadas em 31 de março de 2023.

13.1. Informações sobre as investidas:
Table with columns: Milhares de ações/quotas, Participação societária, Patrimônio líquido, Lucro líquido. Rows for Em 31 de dezembro de 2022, Em 31 de dezembro de 2021.

13.2. Movimentação dos investimentos em controladas:

Table with columns: Adeco Vale do Ivirhemma S.A., Adeco Agropecuária Brasil Ltda, Total. Rows for Em 1º de janeiro de 2021, Participação nos lucros de controladas, Participação nos outros resultados abrangentes de controladas, Distribuição de dividendos, Saldo total de investimento (i), Em 31 de dezembro de 2021, Em 1º de janeiro de 2022, Participação nos lucros de controladas, Participação nos outros resultados abrangentes de controladas, Distribuição de dividendos, Em 31 de dezembro de 2022.

14. IMOBILIZADO

Edifícios, equipamentos, plantas portadoras, dependências e benfeitorias, instalações industriais, máquinas e equipamento de informática e comunicação, móveis, utensílios, veículos e outros. São demonstrados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. As terras e terrenos são demonstrados pelo custo histórico e não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com as taxas médias estimadas, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com exceção das plantas portadoras, cujo método é de produtividade ao longo da vida útil. A depreciação é reconhecida na demonstração do resultado como custo das vendas, despesas com vendas e administrativas. A vida útil do ativo imobilizado é revisada, no mínimo anualmente. Os valores residuais e a revisão da vida útil dos ativos são baseados na utilização econômica do bem. A alteração da estimativa de vida útil do valor residual é reconhecida prospectivamente como mudança de estimativa contábil. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado. Anualmente, durante o período de entressafra das controladas "AVI" e "UMA", a indústria de açúcar, etanol e energia e os equipamentos agrícolas são restaurados como parte de programa de manutenção regular. Os custos relacionados "manutenção de entressafra" e a depreciação desses bens durante o período de entressafra são classificados como ativo imobilizado e apropriados ao custo de produção na próxima safra. O custo atribuído dos bens do ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários, na data base de 1º de janeiro de 2009, são reconhecidos com base no disposto no CPC 27 e ICP 10.

Table with columns: Móveis e utensílios, instrumentos e ferramentas, Veículos, Manutenção de entressafra, Obras em andamento (i), Imobilizado total. Rows for 2022 and 2021.

(i) O Grupo incorreu em gastos com a certificação de seus produtos junto a órgãos de controle de processo. Esses gastos foram realizados basicamente pela Certificadora Bonsucro. No caso específico de "UMA" houve gastos com Certificado digital do açúcar orgânico. A amortização dos gastos está vinculada ao período de tempo e os produtos relacionados a cada certificação.

16. DIREITO DE USO (CONSOLIDADO)

Após o reconhecimento inicial, os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer amortização e/ou perdas por impairment, ajustados por eventuais índices ou taxas de renovação do passivo de arrendamento, previstas em contratos. A depreciação do direito de uso utiliza o método linear, considerando os prazos definidos para os respectivos contratos e para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa são considerados 100% como ajuste no lucro nas atividades operacionais (Nota 31). Nos casos de renovação os impactos na depreciação serão sempre prospectivos.

16.1. Movimentação do direito de uso: As movimentações do saldo do direito de uso são evidenciadas no quadro abaixo:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows for Saldo inicial de direito de uso, Adições / renovações, Depreciação, Saldo final de direito de uso, Parceria agrícola - Referem-se contratos tipificados pelo Estatuto da Terra como Parceria agrícola, que apesar de não se tratar de arrendamento mercantil, foram incluídos por conterem condições previstas na norma CPC 06 (R2) Arrendamentos; Locações - Referem-se à locação de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos. 16.2. Depreciação acumulada do direito de uso: A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows for Em 1º de janeiro, Parceria agrícola, Em 31 de dezembro.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO)

Os fluxos de pagamentos futuros das operações com arrendamentos são reconhecidos no passivo do bem arrendado para todos os contratos com características de arrendamentos, com isenção permitida aos contratos de curto prazo ou de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento estabelecida pelo CPC 06 (R2), cujos passivos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes dos contratos com características de arrendamento, descontados com base na taxa de desconto incremental. O Grupo adota as seguintes premissas: a) O uso de uma taxa de desconto incremental uniforme para contratos com características e prazos semelhantes; b) Isenção para contratos cujo prazo de vencimento ocorrer em até 12 meses ou inferior a US\$ 20 mil, onde a contabilização será diretamente no resultado; c) A renovação baseada em índice ou taxa será elaborada de acordo com cláusula específica definida nos respectivos contratos. Nos casos de parceria agrícola a renovação ocorrerá anualmente, sempre a partir de cada ano safra (a partir de 31 de março de cada ano); d) As modificações de contrato são realizadas conforme as condições acordadas entre as partes; e) Opção de utilização do expediente pró-ativo introduzido pela norma. 17.1. Saldos reconhecidos no balanço patrimonial: O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para os contratos vigentes segundo os princípios do CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pelo Grupo. 17.2. Movimentação acumulada: As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows for Saldo inicial de passivos de arrendamentos, Adições / renovações, Pagamentos, Juros sobre passivos de arrendamento, Saldo final de passivos de arrendamentos, Circulante, Não circulante, Os contratos classificados como passivo de arrendamento têm a seguinte composição por vencimento:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows for Até 1 ano, Entre 1 e 2 anos, Entre 2 e 3 anos, Entre 3 e 4 anos, Entre 4 e 5 anos.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

	Consolidado	
	2022	2021
Entre 5 e 6 anos	121.771	85.266
Entre 6 e 7 anos	97.089	57.408
Entre 7 e 8 anos	276.673	33.630
Acima de 8 anos	1.612.414	1.266.746

17.3. Taxa de desconto incremental: O Grupo adotou a taxa de desconto incremental aplicada aos passivos de arrendamento com características e prazos razoavelmente semelhantes. As taxas são representadas por cotações e empréstimos bancários com instituições financeiras nas datas de início dos contratos ou na sua renovação. Para os contratos adicionados em 2021, foi adotado como referência a taxa de debêntures contratadas em dez-20, na qual a taxa de juros negociada na operação foi IPCA + 4,24% a.a. de spread, ajustada aos contratos com prazos semelhantes, por considerar ser a taxa de desconto que melhor refletia o custo de captação naquele exercício. Para os contratos adicionados a partir de 1º de janeiro de 2022, o Grupo passou a avaliar a melhor referência de taxa dentre operações contratadas, na qual as taxas de juros foram negociadas nas operações de debêntures, representadas pelo IPCA + 4,24% a.a. de spread ou Swap: CDI + 1,85% a.a. de spread, ajustadas aos contratos com prazos semelhantes.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS (CONSOLIDADO)

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Consolidado	
	Taxa	Indexador	2022	2021
Em moeda nacional				
BNDES-FINAME	2,50%	-	3.551	-
BNDES-FINAME	2,59%	-	634	-
BNDES-FINEM	2,50%	1,414	40.481	-
CCB	2,95%	+CDI	16.522	-
CCB	2,32%	+CDI	30.893	30.598
NCR	13,23%	-	21.918	-
Fundo constitucional de financiamento do centro-oeste (FCO)	2,50%	-	17.683	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (ii)	3,80%	+IPCA	488.503	460.340
Debêntures	4,24%	+IPCA	465.718	437.358
Saldos credores bancários	0,00%	-	15	23
Total em moeda nacional	-	-	1.008.461	1.007.190
Em moeda estrangeira				
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	1,72%	US\$	5.615	-
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	1,65%	US\$	5.613	-
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2,00%	US\$	5.319	-
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2,69%	US\$	5.334	-
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2,87%	US\$	10.678	-
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	5,12%	US\$	5.364	-
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	5,16%	US\$	5.363	-
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2,93%	US\$	16.023	-
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2,87%	US\$	37.374	-
Pré-pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	7,90%	US\$	970.228	1.037.689
Pré-pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	8,50%	US\$	42.776	-
Pré-pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	7,95%	US\$	48.323	294.006
Pré-pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	7,70%	US\$	240.070	254.614
Pré-pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	7,80%	US\$	533.640	279.872
Pré-pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	8,60%	US\$	105.944	-
Pré-pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	7,28%	US\$	31.971	34.194
BNDES - FINEM (Cesta de Moedas)	8,75%	US\$	582	8.113
Total em moeda estrangeira	-	-	2.058.989	1.919.716
Total de empréstimos com terceiros	-	-	1.094.498	1.026.531
Total de empréstimos com partes relacionadas	-	-	1.972.952	1.900.375
Total	-	-	3.067.450	2.926.906
Circulante	-	-	(195.465)	(137.758)
Não Circulante	-	-	2.871.985	2.789.148

A movimentação da dívida é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo anterior	2.926.906	3.289.578
Captação de financiamentos	516.104	600.913
Amortização de principal	(320.171)	(1.186.191)
Pagamento de juros	(183.167)	(204.847)
Juros incorridos	194.154	203.597
Varição cambial	(66.376)	223.856
Total	3.067.450	2.926.906

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores cartórios (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados no passivo não circulante. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por exercício social de vencimento:

	Consolidado	
	2022	2021
2023	294.303	-
2024	1.054.816	1.174.178
2025	236.759	145.914
2026	1.262.157	942.801
2027	318.253	231.952
Não circulante	2.871.985	2.789.148
Pré-pagamento de exportação	-	-
Pré-pagamento de exportação - partes relacionadas (i)	1.882.343	1.861.115
BNDES - FINAME (ii)	-	96
CRA - Certificado Recebíveis do Agronegócio (iii)	487.316	459.295
Capital de giro BRL	35.000	30.000
Debêntures (iv)	467.326	438.642
Não circulante	2.871.985	2.789.148

(i) Pré-pagamentos de exportação são garantidos por contratos de exportação futura de açúcar. Em 2017, as Controladas "AVI" e "UMA" realizaram operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e o principal no vencimento do contrato, com possibilidade de liquidação antecipada. Em julho de 2021, a controlada "UMA" realizou operação com a parte relacionada Kadesh Hispania S.L, na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação dos juros de forma semestral e pagamento de principal no final do contrato (set/26), com possibilidade de liquidação antecipada. Em outubro de 2021, a controlada "AVI" realizou operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e pagamento de principal no vencimento do contrato, com possibilidade de liquidação antecipada. Em dezembro de 2021, a controlada "AVI" realizou operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e pagamento de principal no vencimento do contrato, com possibilidade de liquidação antecipada. Em junho e agosto de 2022, as controladas "AVI" e "UMA" realizaram operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente, principal no vencimento do contrato e possibilidade de liquidação antecipada, conforme detalhado abaixo. Os detalhes dessas operações estão no quadro abaixo:

Devedor	Contraparte	Data do contrato	Data da liberação dos recursos	Data do vencimento do principal	Posição em dólares (USD) em 31/12/2022	Posição em dólares (USD) em 31/12/2021
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	26/09/17	02/10/17	15/09/23	9.261.429	52.684.566
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	25/10/21	25/10/21	15/09/26	46.010.625	45.625.625
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	15/12/21	15/12/21	15/09/26	102.275.000	50.151.667
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	18/08/22	18/08/22	15/09/26	20.304.822	-
Controlada "UMA"	Adecoagro S.A.	19/09/17	22/09/17	13/09/24	16.103.676	16.103.676
Controlada "UMA"	Kadesh Hispania SL	07/07/21	07/07/21	15/09/26	6.127.400	6.127.400
Controlada "UMA"	Adecoagro S.A.	29/06/22	29/06/22	15/09/26	8.198.333	-
					378.126.663	340.538.312

Em 2022 a controlada "AVI" liquidou antecipadamente pré-pagamentos de exportação com a parte relacionada Adecoagro S.A. no montante de USD 42 milhões (2021 - USD 107 milhões). (ii) Os financiamentos BNDES FINAME e FINEM estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor contábil de R\$ 1.996 (2021 - R\$ 70.462) contratos de exportação de açúcar e aval de empresas e diretores do Grupo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, alguns contratos de financiamento exigem que o Grupo cumpra determinados índices financeiros ("covenants") ao final de cada exercício social, sob pena de, a critério dos credores, ter o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esses índices foram cumpridos pelo Grupo. Os covenants são baseados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controlada "AVI". Os índices estão apresentados a seguir: Controlada "AVI": Razão entre a dívida bancária líquida / EBITDA AJUSTADO: 1,05% (Meta: ≤ 3%); Índice de cobertura do serviço da dívida: 4,97% (Meta: ≥ 1,2%); Consolidado "AVI": Razão entre a dívida bancária líquida / EBITDA AJUSTADO: 1,06% (Meta: ≤ 4%); (iii) Em 2019, a Controlada "AVI" iniciou uma nova captação de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Certificados de Recebíveis de Agronegócio - CRA com distribuição via oferta continuada, no valor R\$ 400.000 finalizada em dezembro 2019. Esta captação tem pagamentos anuais de juros a partir de 2020, equivalente a 3,80% mais IPCA e amortização do principal em duas parcelas iguais em novembro 2020 e 2027. Empréstimo realizado sem necessidade de garantias. (iv) Em dezembro de 2020, a controlada "AVI" captou recursos por intermédio do mercado de capitais, através de emissão de debêntures com distribuição via oferta pública com esforços (Instrução CVM 476), no valor R\$ 400.000. Esta captação tem pagamentos semestrais de juros, sendo corrigida pela variação do IPCA + 4,24% a.a. O principal será pago em três parcelas iguais nos meses de dez/2024, dez/2025 e dez/2026. Empréstimo garantido por cessão fiduciária de energia elétrica. (v) O valor contábil dos empréstimos classificados no passivo circulante se aproxima de seu valor justo devido ao vencimento de curto prazo. Administração considera também que os empréstimos de longo prazo sujeitos a taxa variável se aproximam do seu valor justo dado que tais taxas acompanham o comportamento do mercado. O valor justo dos empréstimos de longo prazo sujeitos a taxa fixa não difere significativamente do seu valor justo. O valor justo (nível 2) dos empréstimos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 equivalem a R\$ 3.052.676 e R\$ 2.907.159, respectivamente.

19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	2022	2021
Salários e ordenados a pagar	39.099	45.428
Provisão para férias e encargos	41.365	31.530
Encargos sobre a folha de pagamento	10.094	7.767
Encargos dos planos de remunerações de ações	3.763	2.736
Outros encargos	254	5.241
Pagamentos em espécie	254	205
Total	98.442	92.907

(i) O Grupo possui política de participação nos lucros para os colaboradores que compreendem programas de PPR (Programa de Participação nos Resultados) e Bônus.

20. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	2022	2021
Contribuição ao instituto nacional de seguridade social - INSS (i)	9.954	6.457
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	257	1.812
Imposto sobre serviços - ISS	841	960
PIS e COFINS	70	263
Fundos estaduais a recolher	3.168	441
Programa especial regularização tributária - PRR (ii)	7.681	7.681
Contribuições Sociais Retidas - CSRF	232	256
Outros	96	88
Total	22.299	17.958

(i) O INSS a recolher, refere-se às comercializações de Energia, Vapor, Etanol, Açúcar e subprodutos comercializados em dezembro de 2022 e 2021. (ii) O Grupo é responsável tributário da contribuição previdenciária "FUNRURAL" incidente nas compras de cana-de-açúcar de produtor rural pessoa física e aplicou a suspensão da retenção por força de liminar judicial no período julho de 2010 a março de 2017. Com o julgamento pelo STF, foi reconhecida a constitucionalidade do débito. O Grupo ingressou no parcelamento (PRR - Programa especial de regularização tributária rural) instituído pela Lei 13.606/18. Atualmente o Grupo aguarda a consolidação da Secretaria da Receita Federal e homologação do pedido, para que possa utilizar saldos de prejuízos fiscais para compensar o saldo devido. Desta forma o saldo a pagar não sofre atualização e quando da consolidação será compensado com o mesmo montante de saldos de prejuízo fiscal.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)

21.1. Composição das contingências: Nas datas das demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

	Consolidado			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis Ambientais	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2022	7.127	6.042	103	1.140
Adições	4.196	874	5	(74)
Valores não usados, estomados	(1.473)	(1.272)	-	(1.140)
Usado durante o exercício	(2.461)	-	-	(2.461)
Em 31 de dezembro de 2022	7.389	5.644	108	(1.503)
Em 1º de janeiro de 2021	10.677	2.083	1.299	(1.584)
Adições	3.955	4.282	156	1.140
Baixas por cisão de Controlada (i)	-	(21)	(1.352)	-
Valores não usados, estomados	(2.771)	(302)	-	332
Usado durante o exercício	(4.734)	-	-	(4.734)
Em 31 de dezembro de 2021	7.127	6.042	103	1.140

(i) Em 2021, os processos da controlada "AAB" foram baixados pela cisão do investimento (Nota 13.2). **21.2. Natureza das contingências:** O Grupo é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais e estão discutindo essas questões tanto na esfera judicial como na administrativa. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. A natureza das contingências pode ser resumida como segue: • **Tributárias** - referem-se a processos de competência estadual (ICMS), relacionados aos créditos de ICAP e qual foi baixado no ano de 2022. **Trabalhistas e previdenciárias** - consistem, principalmente, em reclamações de empregados e fiscalizações do Ministério do Trabalho. • **Cíveis** - substancialmente representados por ações indenizatórias. • **Ambiental** - refere-se, substancialmente, a ausência de licença ambiental de determinada propriedade agrícola. **21.3. Passivos Contingentes: (a) Adecoagro Vale do Vinhema S.A.:** Em 31 de dezembro de 2022, a controlada "AVI" possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. A principal ação refere-se a uma autuação no valor de R\$ 331.966 (2021 - R\$ 303.328) referente a exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL da depreciação acelerada incentivada da atividade rural conforme previsto no artigo 6º da Medida Provisória 2.159-70/01 e no Art. 325 do RIR/18. O montante estimado está demonstrado abaixo:

	Consolidado			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis Ambientais	Tributárias	Total
2022	1.120	1.660	387.176	392.434
2021	1.186	1.555	339.485	346.058

Adicionalmente, a controlada "AVI" possui depósitos judiciais no montante atualizado de R\$ 8.508 (2021 - R\$ 8.222), registrados no ativo não circulante, sendo principalmente R\$ 7.661 (2021 - R\$ 7.164) para garantia de processos judiciais junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **(b) Usina Monte Alegre Ltda.:** Em 31 de dezembro de 2022, a controlada "UMA" possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. As principais reduções no ano de 2022 foram a baixa de dois processos judiciais: ICMS R\$ 18.866 e IPI R\$ 19.257, em ambos os casos a controlada obteve êxito nas demandas. O montante estimado está demonstrado abaixo:

	Consolidado			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Total
2022	160	175	2.969	3.304
2021	68	39	42.398	42.505

Adicionalmente, a controlada "UMA" possui depósitos judiciais no montante de R\$ 1.047 (2021 - R\$ 1.122), registrados no ativo não circulante.

22. FORNECEDORES E ADIANTAMENTO DE CLIENTES

22.1. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cana-de-açúcar (i)	-	10.700	61.800	-
Materiais, serviços e outros	10	264.401	230.740	-
	10	275.101	292.540	-
	(10)	(253.318)	(292.540)	-
Total	-	21.783	-	-

(i) Fornecedores de cana, parceria pura e reajuste do preço da cana.

22.2. Adiantamento de clientes:

	Consolidado	
	2022	2021
Adiantamentos de clientes (i)	144.579	8.326
	144.579	8.326

(i) Os adiantamentos de clientes referem-se a valores recebidos pelo Grupo pela entrega futura de etanol R\$ 71.223, açúcar R\$ 7.562, energia R\$ 31 e diversos R\$ 22, com liquidação prevista para o exercício de 2023 (2021 - etanol R\$ 764 e açúcar R\$ 7.562, foram realizados em 2022), e constituem passivos de contrato conforme CPC 47 - Receita de contratos com clientes.

23. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO (CONSOLIDADO)

23.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado	
	2022	2021
Ativo de imposto diferido	74.327	114.540
Ativo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	340.320	373.358
Ativo de imposto diferido a ser realizado depois de mais de 12 meses	414.647	487.898
Passivo de imposto diferido	219.876	126.171
Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	380.377	342.252
Passivo de imposto diferido a ser realizado depois de mais de 12 meses	600.613	468.423
(Passivo)/ativo de impostos diferidos, líquido	(185.966)	19.475

24. PARTES RELACIONADAS

24.1. Saldos e transações da Companhia e do Consolidado:

Companhia:	Adecoagro LP SCS	
------------	------------------	--

Table with multiple sections: RECEITA BRUTA DE VENDAS, RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, CUSTOS DAS VENDAS (CONSOLIDADO), DESPESAS POR NATUREZA, OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LIQUIDAS, OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA (CONSOLIDADO), OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LIQUIDAS, OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA (CONSOLIDADO), OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LIQUIDAS, OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA (CONSOLIDADO).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Adecoagro Brasil Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado" ou "Grupo")...

Document assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade
A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2023
ICP Brasil
Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Prezados Acionistas, A Administração da FC Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Qista"), Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, empresa especializada em empréstimos, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, vem por meio deste apresentar os resultados da Focus, bem como as correspondentes Informações Contábeis Intermediárias, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022. Mensagem da Administração. O ano de 2022 foi marcado por muitos desafios e neste contexto a Qista promoveu ações de crescimento de sua carteira de crédito, sem deixar de realizar os ajustes necessários em seus modelos e controles, em decorrência das principais oscilações do mercado brasileiro identificadas no período, tais como: (i) o aumento da inadimplência; (ii) a alta da inflação; (iii) o aumento da taxa de juros básica; e (iv) o aumento do desemprego no Brasil. Apesar de todos os desafios, em 25 de fevereiro de 2022 a Qista anunciou uma combinação de negócios com a PP Promotora de Vendas. Esse movimento corrobora com a intenção de crescimento da instituição no mercado de crédito no Brasil. A combinação de negócios foi submetida ao BACEN (Banco Central do Brasil), em razão da sinergia entre as linhas de negócios de ambas as instituições. Como não houve mudança de Controle, não há necessidade de aprovação prévia do Bacen, apenas notificação. Ademais, a Qista realizou ações importantes que potencializam sua longevidade operacional, objetivando além disso alcançar o seu breakeven de resultado durante o exercício de 2023. Nesse sentido, em julho de 2022 apresentamos ao BACEN um plano de ação que propõe a manutenção da FC Financeira no que se refere aos seus respectivos limites operacionais. Tais ações foram realizadas concomitantemente, sendo elas: (i) redução na concessão de ativos de maior risco, com revisão periódica dos indicadores; (ii) revisão da política de crédito com entrada de nova política objetivando melhorar em 15% o nível de inadimplência do novo ativo; (iii) ação de cobrança com entrada de duas empresas terceiras e ainda uma cobrança digital; (iv) ações de débito em conta, renegociação, acordos e cartão de crédito; (v) análise da securitização da carteira ativa; (vi) cessão da carteira com rating H e HH; (vii) revisão dos canais de distribuição; (viii) revisão das despesas operacionais e de pessoal; (ix) revisão das comissões comerciais com parceiro; (x) entrada em produtos de menores riscos, com a Antecipação do saque aniversário do FGTS; (xi) aceleração do refinanciamento com clientes de menores riscos; e (xii) ações para aprimoramento da gestão de capital e reequilíbrio do índice de basileia, que contou com um aporte de capital no 2º semestre na ordem de R\$ 39,2 milhões. Ainda neste contexto, somando-se às principais iniciativas definidas pela Administração, durante o exercício de 2022, a instituição objetiva ampliar seu portfólio de produtos com menores riscos em 2023, tais como: (i) Empréstimo Pessoal com garantia do celular; (ii) empréstimo pessoa com garantia no saque aniversário do FGTS; (iii) consignado SIAPE; (iv) ampliação das parcerias para viabilização do produto BNPL (Buy Now Pay Later); e (v) a consolidação de parcerias com empresas de pequeno e médio portes (PME). Os referidos produtos permitirão uma melhor distribuição do risco da carteira de crédito atual da instituição. **Sobre a Qista:** A FC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Qista"), situada a Avenida Magalhães de Castro 4.800 - Cidade Jardim - São Paulo/SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

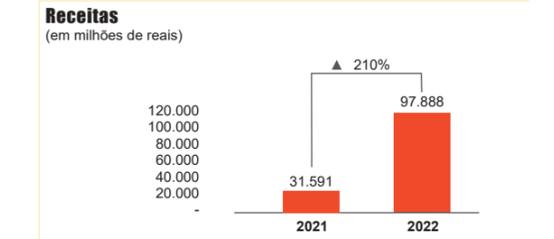
Desempenho Econômico-Financeiro

Em R\$ Mil, exceto em %	31/12/2022	31/12/2021	Var. %
Balanco Patrimonial (em R\$ mil)			
Ativos Totais	211.686	129.342	64%
Carteira de Crédito	122.648	86.697	41%
(-) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(28.351)	(14.550)	95%
Passivos Financeiros	174.312	111.328	57%
Patrimônio Líquido	34.783	15.770	121%
Resultado (em R\$ mil)			
Resultado de intermediação financeira	31.619	11.678	171%
Despesa com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18.655	14.778	26%
Resultado Operacional	(54.601)	(16.504)	231%
Resultado Líquido do Período	(30.088)	(7.192)	318%
Sumário executivo:			
Em R\$ Mil, exceto em %	31/12/2022	Varição	31/12/2021
Receita Operacional Bruta	68.376	132,6%	29.393
Deduções à Receita Operacional	(36.757)	(2.540,6%)	(1.392)
Receita Operacional Líquida	31.619	12,9%	28.001
Custos Operacionais	(86.220)	111,4%	(40.785)
Lucro Bruto	(54.601)	327,1%	(12.784)
Margem Bruta (%)	(79,85%)	(83,6%)	(43,5%)
EBITDA	(54.601)	(327,1%)	(12.784)
Margem EBITDA (%)	(79,85%)	(83,6%)	(43,5%)
Resultado Financeiro Líquido	3.824	1.117,8%	314
Depreciação e Amortização	(714)	20,1%	(595)
Imposto de Renda, Contribuição Social	24.513	163,3%	9.311

Em R\$ Mil, exceto em %	31/12/2022	Varição	31/12/2021
Lucro/Prejuízo Líquido	(30.088)	318,3%	(7.193)
Margem Líquida (%)	(44%)	79,6%	(24,5%)
Lucro/Prejuízo por Ação (R\$/Ação)	(0,38)	58,3%	(0,24)
Capital Social	79.034	163,4%	30.000
Patrimônio Líquido Inicial	15.770	(31,3%)	22.952
Patrimônio Líquido Final	64.871	311,4%	15.770
ROE	(46,4%)	1,8%	(45,6%)
ROAE	(38,1%)	2,4%	(37,2%)

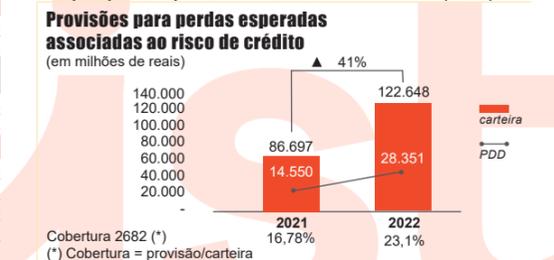
Em 31 de dezembro de 2022, a Qista registrou ativos totais de R\$ 211,7 milhões (crescimento de 64%) A carteira de crédito constitui o principal ativo, representando 73% do total em 31 de dezembro de 2022. A carteira de crédito líquida totaliza R\$ 94,3 milhões e gerou receitas de intermediação financeira de R\$ 97,9 milhões. O patrimônio líquido da instituição totalizou R\$ 34,8 milhões e contará com aportes de capital, no exercício de 2023, na ordem de R\$ 35 milhões para reforço de capital, alavancagem e recomposição do Índice de Basileia. A Qista encerrou o exercício com um prejuízo líquido de R\$ 30,1 milhões, este resultado e indicadores de rentabilidade da Qista refletem o reduzido tempo de atuação não permitindo ainda ter alcançado o ponto de equilíbrio.

Receitas

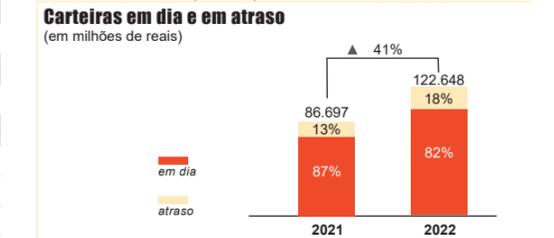


Receitas: Em 31 de dezembro de 2022 as receitas totais totalizaram R\$ 97,9 milhões e estão majoritariamente alocadas em receitas com intermediação financeira decorrentes de operações de crédito pessoal (R\$ 68,4 milhões).

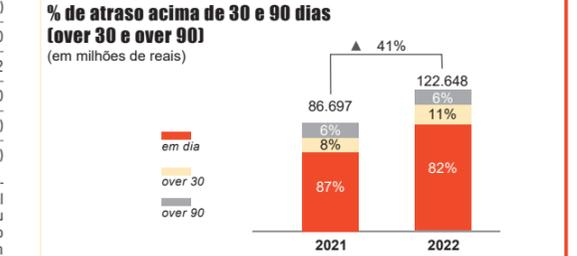
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ("PDD")



PDD sobre carteira: No exercício de 2022 a carteira teve um incremento de 41% totalizando R\$ 122,6 milhões em empréstimos concedidos. O percentual das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação à carteira também subiu, em razão do crescimento da carteira em 2022, bem como em relação aos efeitos decorrentes do cenário macroeconômico sobre o mercado de crédito no Brasil. As provisões reconhecidas sobre a carteira de crédito da Qista seguem os padrões da Resolução 2.682/1999 e o percentual da PDD sobre a carteira acompanha os padrões de mercado. **Carteira:**



Carteira em dia e em atraso: A carteira de crédito da Qista está composta por 82% de suas operações em dia. Das operações em atraso 9% estão classificadas com atraso acima de 90 dias. Para conter o avanço da inadimplência a Qista realizou ajustes nas faixas de riscos de concessão de crédito (empréstimos para clientes classificados como menor risco) e intensificou campanhas de cobranças, para as operações em atraso. No exercício de 2022 os indicadores de curto prazo sinalizam melhora da inadimplência.



Carteira em dia e em atraso: Em razão de fatores macroeconômicos, a Qista realizou ações de contenção da inadimplência ajustando os níveis de riscos na concessão do crédito (empréstimos para clientes classificados como menor risco). Adicionalmente, agregou novos elementos de análise e intensificou o processo de cobrança de contratos inadimplentes. Em 31 de dezembro de 2022 os ativos considerados como problemáticos totalizaram 6% da carteira. Os limites estão dentro dos padrões de mercado. **Cenário Econômico e Mercado de Crédito: Ano de 2022:** Os últimos dois anos foram majoritariamente marcados, pelas ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19. Considerando-se que havíamos superado duas temporadas complicadas, o mercado aguardava ansioso por uma retomada. Entretanto, em fev/22 a guerra entre Rússia e Ucrânia trouxe impactos globais, sobretudo no que se refere a elevação dos preços do petróleo e seus derivados. Em razão da alta no preço dos combustíveis, o IPCA foi pressionado e subiu 1,06% em abr/22, atingindo o patamar de 12,13% no acumulado de 12 meses. Esse patamar de inflação não era visto nesta magnitude desde 2003, quando bateu 13,98%. Neste contexto, em decorrência da meta de inflação estabelecida pelo governo para 2022, cujo patamar era de 3,5% com teto máximo de 5%, o Copom (Comitê de Política Monetária) seguiu com esforços para elevar a Taxa Selic. A Meta Selic atingiu o patamar de 13,75% a.a. em ago/22, o que encareceu relativamente os custos com captações comparativamente com o mesmo período de 2021, quando a taxa estava no patamar de 5,25% a.a. Apesar disso, alguns indicadores deram sinais de melhoria da economia. Por exemplo, segundo o IBGE a taxa de desemprego recuou de 14,7% em jun/21, para 8,7% no terceiro trimestre de 2022. Entretanto, o segundo semestre foi negativamente marcado pelo cenário político, que através do novo governo aprovou a elevação do teto de gastos em R\$ 145 bilhões, apenas no exercício de 2022, além de liberar investimentos de até R\$ 23 bilhões recorrentes de receitas extraordinárias. De acordo com o relatório Termômetro de Crédito da Assessoria Econômica da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), o ritmo de expansão do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) perdeu intensidade no 2º semestre saindo de uma taxa de 17,8% a.a. em jun/22, para 14% a.a. em dez/22. A perda de velocidade dos empréstimos para pessoas físicas (PF) foi a maior responsável pelo arrefecimento. Adicionalmente, o relatório ainda aponta uma clara deterioração na qualidade da carteira de empréstimos, para pessoas físicas, e um cenário desfavorável no que se refere à qualidade dos ativos que impactou relativamente o nível de provisões das instituições financeiras em geral. **Perspectivas para 2023:** Diante dos cenários apresentados, a Qista vem tomando ações a fim de dar continuidade em seu plano de expansão, tanto que em abr/2022 concluiu o processo de combinação de negócios com a PP Promotora de Vendas, o que potencializou o ampliou sua capilaridade no mercado de crédito no Brasil. Atualmente, Qista e PP Promotora de Vendas somam uma base com mais de 11 milhões de clientes. No entanto, com a deterioração do crédito no Brasil a companhia vem calibrando os seus motores, a fim de reduzir riscos sem deixar de capturar o melhor cliente no processo de concessão de crédito. Por isso, todas as ações realizadas no início do 2º semestre de 2022, resultaram em importantes reduções nos indicadores de inadimplência no 4º trimestre de 2022. Vale destacar também que em linha com os objetivos propostos pela companhia, os controladores aportaram cerca de R\$ 49 milhões durante o ano de 2022. O que oportunizou à Qista avançar em sua estratégia de expansão no mercado de crédito no Brasil. Em nossa perspectiva, o ano de 2023 será marcado por grandes desafios, no entanto, também oferecerá grandes oportunidades. Não estamos preparados em todos os sentidos, para que a Qista supere seus desafios e não perca as grandes oportunidades que o mercado irá nos oferecer. Contudo, as operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a Instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios.

Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
Austing Rating	brBB	31/01/2022	Estável

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2022, atribuiu o rating de crédito de longo prazo "brBB" e a perspectiva estável para a Qista. A instituição apresenta solidez financeira intrínseca regular e parâmetros de proteção adequados, mas vulneráveis às condições econômicas, gerais e setoriais que podem afetar suas condições intrínsecas de funcionamento. **O risco é médio.** As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Qista. São Paulo, 31 de março de 2023. **A Diretoria.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		BALANÇO PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
		NE	31/12/2022	31/12/2021	NE	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO							
Circulante			165.194	101.684		124.932	11.589
Disponibilidades		4a	943	392	9	122.341	9.345
Instrumentos financeiros e derivativos						122.341	9.345
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4b	-	8.281	10	2.591	2.244
Aplicações no mercado aberto				8.281		894	532
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		5	47.566	29.101		1.697	1.712
Carteira própria			39.714	29.101	9	51.971	101.983
Vinculados ao banco central			7.852	-		51.971	101.983
Operações de crédito			84.293	56.679	14	34.783	15.770
Setor privado		6a	111.377	67.975		51.971	101.983
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		6f	(27.084)	(11.296)		71.314	30.000
Outros créditos		6g	32.151	6.813		7.720	-
Diversos		9	32.151	6.813		17	(1)
Outros valores e bens			241	418		(44.267)	(14.229)
Despesas antecipadas			241	418		211.686	129.342
Não circulante			46.492	27.658	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Instrumentos financeiros e derivativos			10.004	15.468	Capital Social	79.034	16
Operações de crédito			10.004	15.468	Outros resultados abrangentes	(44.267)	34.783
Setor privado		6a	11.271	18.722	Prejuízos Acumulados	(1)	(1)
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		6f	(1.267)	(3.254)	Total	30.000	15.770
Outros créditos		14	33.873	9.312	Saldo inicial em 01/01/2021	30.000	(1)
Diversos		9	297	229	Ajuste de avaliação patrimonial	-	10
Despesas antecipadas			297	229	Lucro (Prejuízo) do período	-	(7.192)
Imobilizado de uso		7	1.469	1.844	Saldo Final 31/12/2021	30.000	(1)
Custo			2.395	2.366	Saldo inicial em 01/01/2022	30.000	(1)
(-) Depreciações acumuladas			(926)	(522)	Aumento de capital	49.034	-
Intangível		8	849	805	Ajuste de avaliação patrimonial	-	17
Custo			1.432	1.077	Lucro (Prejuízo) do período	-	(30.038)
(-) Amortizações acumuladas			(582)	(272)	Saldo Final 31/12/2022	79.034	16
Total do ativo			211.686	129.342	Prejuízos Acumulados	(1)	(1)
					Total	30.000	15.770

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A FC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição), situada à Avenida Magalhães de Castro 4.800 Cidade Jardim - São Paulo/SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A Instituição

cão, foi constituída em 6 de março de 2020 e obteve junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), autorização para funcionamento em 15 de outubro de 2020. A Instituição tem como principais objetivos a concessão de crédito pessoal (CP), Crédito Pessoal com garantia do FGTS, crédito direto ao consumidor (CDC), BNPL e SIAPE. Além dos recursos próprios, a Instituição, capta no mercado via emissão de certificados de depósito bancário

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação *

(CDB). A controladora dessa Instituição (FCBPC Holding S.A.) no dia 25 de fevereiro de 2022 concluiu para o grupo a combinação de negócios com a empresa Bom Pra Crédito, cuja razão social é PP Promotora de Vendas S.A., operação que agrega sinergia ao processo de crescimento da Instituição na consecução do seu projeto de crescimento sustentável. Os processos societários e jurídicos, bem como as autorizações junto aos órgãos reguladores, foram concluídos com sucesso, sem causar impactos sobre as demonstrações financeiras. Outras ações estão sendo tomadas para que a Instituição mantenha sua continuidade operacional, bem como alcance a inflexão do resultado durante o exercício de 2023. Em jul/22 apresentamos ao BACEN um plano de ação cujo objetivo é o de manter a FC Financeira dentro dos limites operacionais adequados e que abrange as seguintes ações: (i) redução na concessão de ativos de maior risco; (ii) revisão da política de crédito, com entrada de nova política que visa melhorar em 15% o nível de inadimplência do novo ativo; (iii) estratégia contínua de revisão da concessão dos ativos (revisão periódica dos indicadores); (iv) ação de cobrança com entrada de duas empresas terceirizadas e, ainda, uma cobrança digital; (v) ações de débito em conta, renegociação, acordos e de pagamento em cartão de crédito; (vi) análise da securitização da carteira ativa; (vii) cessão da carteira com rating H e HH; (viii) revisão dos canais de originação de operações; (ix) revisão das despesas operacionais e administrativas; (x) revisão dos acordos comerciais com parceiros; (xi) operações com produtos de menor risco, como a antecipação do saque-aniversário do FGTS; (xii) aceleração do refinanciamento com clientes de menor risco; e (xiii) ações para aprimoramento da gestão de capital e reequilíbrio do Índice de Basileia, que contou com um aporte de capital no 2º semestre na ordem de R\$ 39,2 milhões. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os CPCs previstos na Resolução CMN 4.818 em seu art. 4º, e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN). Para o período findo em 31 de dezembro de 2022 não houve alterações relevantes nas políticas contábeis. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis. A Instituição não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes dos itens normativos vigentes a partir de 01 de janeiro de 2022 e iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025, os quais serão concluídos até a data de sua vigência. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, a Administração efetua uma avaliação da capacidade da Instituição continuar às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Instituição em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. **b. Resolução CMN nº 4.966/21:** Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil. O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da instituição. **• Plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:** Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização. Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para instituições S4 que pretendem optar pela abordagem simplificada da PECLD, entre outros, este plano poderá ser revisado pela gestão da instituição. A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21: **• Capacitação da equipe;** **• Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPJ);** **• Classificação de passivos financeiros;** **• Custos de transação;** **• Ativos com problemas de recuperação de crédito;** **• Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;** **• Baixa de ativos financeiros;** **• Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;** e **• Evidenciação.** Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos: **• Cenário atual:** como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente; **• Proposta:** o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma; **• Sistemas:** quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução; **• Processo:** quais os processos afetados pela nova regra; e **Responsabilidades:** quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas. Em 29 de março de 2023 a Administração aprovou e autorizou a divulgação das demonstrações contábeis. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. As aplicações interfinanceiras de liquidez, estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de *pro-rata die* com base na taxa efetiva das operações. **b. Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias apresentadas abaixo: **Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados,** são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; **Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento.** São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e **Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.** São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Os títulos e valores mobiliários da instituição estão classificados na carteira disponível para venda, conforme pronunciamento Técnico CPC 46 previsto pela Resolução CMN nº 4.748 que define as hierarquias de valor justo. **• Nível 1:** preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. **• Nível 2:** classificados quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. A Instituição não possui ativos financeiros nesse nível em 31/12/2022. **• Nível 3:** ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação do seu valor justo. A Instituição não possui ativos financeiros nesse nível em 31/12/2022. **c. Operações de crédito e outros créditos (operações com características de concessão de crédito):** Registradas a valor presente, calculadas *pro-rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. **d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito e outros créditos são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **e. Cessão de Crédito:** A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo. Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/2008, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias: **• Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional de ativo financeiro; (ii) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (iii) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros. **• Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente mantém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (iv) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas. **• Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são clas-

FC FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - CNPJ 36.583.700/0001-01

sificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. **f. Imobilizado de Uso:** Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamentos e Sistemas de Processamento de Dados). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi realizado estudo de recuperabilidade. **g. Ativo Intangível:** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. **h. Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo valor da exigibilidade, acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço (*pro-rata die*). **i. Provisões:** São reconhecidas quando: i) a Instituição tem uma obrigação presente, ou não formalizada, como resultado de eventos passados; e ii) provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor passível estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. **j. Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: **• Contingências ativas:** Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que garantam a sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. **• Contingências passivas:** São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. **• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** São reconhecidas nas demonstrações contábeis pelas demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **k. Demais ativos e passivos circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidas e incorridas até a data do balanço. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano após a data-base são classificados no circulante e após um ano da data-base, no longo prazo. **l. Tributos correntes e diferidos:** Os tributos são apurados com base nas atividades demonstradas no quadro a seguir: **Tributos:**
Imposto de Renda IRPJ (15% + Adicional de 10%) 25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (de 01/01/19 a 31/12/21) 15%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (de 01/07/22 a 31/12/22) 16%
Programa de Integração Social - PIS 0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS 4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN Até 5%
A Instituição optou pelo recolhimento por estimativa mensal do IRPJ e da CSLL, com ajuste anual, conforme legislação tributária vigente. A Instituição poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês através do levantamento de balancetes mensais. A administração procedeu ao reconhecimento dos créditos tributários atendendo aos critérios estabelecidos na Resolução 4.842 do CMN. De acordo com a medida provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022 convertida na Lei 14.446 de 2 de setembro do mesmo ano, a alíquota da contribuição social foi alterada de 15% para 16%, até 31 de dezembro de 2022. A alíquota da Contribuição Social foi de 16%, no período de 01 de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2022, e voltará para 15% a partir de 01 de janeiro de 2023, de acordo com a Medida Provisória nº 1.115/2022 que foi convertida na Lei nº 14.446/2022, publicada no DOU (Diário Oficial da União) em 5 de setembro de 2022. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre prejuízos fiscais, adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários serão realizados quando da utilização dos prejuízos fiscais e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. **m. Receitas e despesas:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento. **n. Julgamento e Estimativas:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível, (iii) o valor justo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, (iv) das provisões para contingências e (v) expectativa de realização de crédito tributário. Há estimativa de que o imposto de renda e a contribuição social sejam realizados conforme ocorra a reversão ou enquadramento das diferenças temporárias nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. Devido à impossibilidade de mensuração confiável da evolução dos ajustes fiscais anuais, optou-se por realizar a mensuração da realização do montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa (Nota Explicativa 14). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa: a) Disponibilidades:**
No Início do Exercício 31/12/2022 31/12/2021
Disponibilidades 64 392
Conta Reserva - SPB 879 -
Saldo Final Exercício 31/12/2022 31/12/2021
943 392
b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:
Até 3 meses **Até 3 meses** **Total** **Total**
31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021
Aplicações no mercado aberto - Posição Bancada Letras do Tesouro Nacional LTN 8.281 8.281

5. Títulos e valores mobiliários:
Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Disponíveis para venda	2022			2021		
	Valor	Valor	MTM	Valor	Valor	MTM
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	39.700	39.714	14	29.102	29.101	(1)
Bloqueado - Banco Central (**)	7.852	7.849	3	-	-	-
LFT vencimento em 01/03/2024 (**)	-	-	-	-	-	-
Total	47.552	47.563	17	29.102	29.101	(1)

(*) Os títulos e valores mobiliários da Instituição estão classificados em Nível 1. (**) Valores bloqueados no Banco Central aguardando a aprovação do aumento de capital. Para os Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas, o valor de mercado é apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O cálculo do valor justo dos títulos é com preço cotado em mercado classificado no Nível 1 na hierarquia de valor justo. **6. Operações de crédito: a. Saldos:**

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Crédito pessoal	70.682	57.999	-	-
Crédito pessoal vencido	37.193	25.401	-	-
Crédito pessoal renegociação	9.541	2.372	-	-
Crédito pessoal renegociação vencido	5.232	925	-	-
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(28.351)	(14.550)	-	-
Total	94.297	72.147	-	-
Circulante	84.293	56.679	-	-
Não Circulante	10.004	15.468	-	-

b. Por nível de risco e faixa de vencimentos:

Nível de Risco	31/12/2022			31/12/2021		
	Base de Cálculo	% Provisão	Provisão	Base de Cálculo	% Provisão	Provisão
A	60.294	0,5%	301	49.348	0,5%	247
B	7.599	1,0%	76	4.357	1,0%	44
C	11.948	3,0%	358	7.018	3,0%	211
D	7.202	10,0%	720	5.927	10,0%	593
E	6.033	30,0%	1.810	5.501	30,0%	1.650
F	5.713	50,0%	2.855	3.739	50,0%	1.869
G	5.434	70,0%	3.804	2.902	70,0%	2.031
H	18.424	100,0%	18.424	7.905	100,0%	7.905
Total	122.648	-	28.351	86.697	-	14.550

c. Composição de operações de crédito e títulos e créditos por modalidade:

Modalidade de crédito	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Crédito Pessoal CP	122.648	28.351	86.697	14.550
Total	122.648	28.351	86.697	14.550

d. Por tipo de cliente e atividade econômica:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Pessoa Física	122.648	28.351	86.697	14.550
Total	122.648	28.351	86.697	14.550

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

	2º semestre/2022			31/12/2022			31/12/2021		
	Valor	Valor	MTM	Valor	Valor	MTM	Valor	Valor	MTM
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(9.297) (30.088) (7.192)								
Prejuízo do semestre/exercício	(9.297)	(30.088)	(7.192)	(9.297)	(30.088)	(7.192)	(9.297)	(30.088)	(7.192)
Ajustes para reconciliar o prejuízo	(6.981) 18.655 14.778								
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.981)	18.655	14.778	(6.981)	18.655	14.778	(6.981)	18.655	14.778
Depreciações e amortizações	372	714	586	372	714	586	372	714	586
Ajuste de Avaliação Patrimonial IRPJ e CSLL (Crédito Tributário)	47	18	10	47	18	10	47	18	10
(17.128)	(24.513)	(9.312)	(17.128)	(24.513)	(9.312)	(17.128)	(24.513)	(9.312)	
Prejuízo ajustado do semestre/exercício	(32.987)	(35.213)	(1.130)	(32.987)	(35.213)	(1.130)	(32.987)	(35.213)	(1.130)
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(7.017) (18.465) (6.050)								
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(7.017)	(18.465)	(6.050)	(7.017)	(18.465)	(6.050)	(7.017)	(18.465)	(6.050)
Operações de crédito	1.449	(40.805)	(84.535)	1.449	(40.805)	(84.535)	1.449	(40.805)	(84.535)
Outros créditos	(16.019)	(25.338)	(6.747)	(16.019)	(25.338)	(6.747)	(16.019)	(25.338)	(6.747)
Outros valores e bens	211	110	(459)	211	110	(459)	211	110	(459)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	14.722 62.984 103.836								
Depósitos	14.722	62.984	103.836	14.722	62.984	103.836	14.722	62.984	103.836
Outras obrigações	(1.026)	347	1.342	(1.026)	347	1.342	(1.026)	347	1.342
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(40.666)	(56.380)	6.257	(40.666)	(56.380)	6.257	(40.666)	(56.380)	6.257
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(244) (384) (282)								
Aquisição de imobilizado	-	(29)	(248)	-	(29)	(248)	-	(29)	(248)
Aplicações no ativo intangível	(244)	(355)	(34)	(244)	(355)	(34)	(244)	(355)	(34)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(244)	(384)	(282)	(244)	(384)	(282)	(244)	(384)	(282)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	39.223 49.034 -								
Capital Integralizado	39.223	49.034	-	39.223	49.034	-	39.223	49.034	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	39.223	49.034	-	39.223	49.034	-	39.223	49.034	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.687) (7.730) 5.975								
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	2.630	8.673	2.698	2.630	8.673	2.698	2.630	8.673	2.698
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	943	943	8.673	943	943	8.673	943	943	8.673
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.687)	(7.730)	5.975	(1.687)	(7.730)	5.975	(1.687)	(7.730)	5.975
e. Composição de operações de crédito por faixas de vencimento: Créditos Vencidos	31/12/2022			31/12/2021					
De 1 a 14 dias	3.175	-	1.532	3.175	-	1.532			
De 15 a 30 dias	3.307	-	1.353	3.307	-	1.353			
De 31 a 60 dias	4.424	-	2.190	4.424	-	2.190			
De 61 a 90 dias	3.115	-	1.695	3.115	-	1.695			
De 91 a 120 dias	2.759	-	1.389	2.759	-	1.389			
De 121 a 150 dias	2.021	-	1.006	2.021	-	1.006			
De 151 a 180 dias	1.340	-	762	1.340	-	762			
De 181 a 240 dias	1.274	-	998	1.274	-	998			
De 241 a 300 dias	337	-	480	337	-	480			
De 301 a 360 dias	47	-	152	47	-	152			
Subtotal	21.798	-	11.557	21.798	-	11.557			
Créditos a Vencer	20.100			6.180					
De 1 a 30 dias	20.100	-	6.180	20.100	-	6.180			
De 31 a 60 dias	20.030	-	6.483	20.030	-	6.483			
De 61 a 90 dias	17.694	-	5.482	17.694	-				

FC FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - CNPJ 36.583.700/0001-01																																											
12. IRPJ e CSLL:																																											
	2022		2021		2º semestre/22		31/12/2022	31/12/2021																																			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL																																							
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(54.601)	(54.601)	(16.505)	(16.505)																																							
Adições	48.176	48.176	15.798	15.798																																							
Provisão para contingência	-	-	17	17																																							
Provisão para devedores duvidosos	48.168	48.168	15.761	15.761																																							
Outros	8	8	20	20																																							
Exclusões	(31.767)	(31.767)	(999)	(999)																																							
Provisão para devedores duvidosos	(31.767)	(31.767)	(983)	(983)																																							
Outros	-	-	(16)	(16)																																							
Base de cálculo	(38.191)	(38.191)	(1.706)	(1.706)																																							
Total IRPJ e CSLL Devido	(38.191)	(38.191)	(1.706)	(1.706)																																							
13. Crédito tributário: Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, de acordo com os quadros a seguir:																																											
Ano Calendário	Prejuízo Fiscal		Base Negativa																																								
2020	7.024	7.024	7.024	7.024																																							
2021	1.706	1.706	1.706	1.706																																							
2022	38.191	38.191	38.191	38.191																																							
Total	46.921	46.921	46.921	46.921																																							
Prejuízo Ativoado 2020	1.756	1.756	1.053	1.053																																							
Prejuízo Ativoado 2021	426	426	256	256																																							
Prejuízo Ativoado 2022	9.548	9.548	5.729	5.729																																							
Saldo Final	11.730	11.730	7.038	7.038																																							
Os Créditos Tributários da Instituição estão ativados e seguindo regulamentação vigente, se enquadrando nos critérios de exceção conforme Resolução CMN 4.842/20 em seu art.º 4, §2º, II.																																											
Movimentação crédito tributário prej. fiscal:																																											
Descrição	Saldo Inicial 2021	Realização 2021	Adição 2021	Saldo Final 2021																																							
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.638	(6.270)	12.042	9.410																																							
Subtotal	3.638	(6.270)	12.042	9.410																																							
Prejuízo fiscal IRPJ	2.183	-	9.547	11.730																																							
Subtotal - crédito tributário IRPJ	5.821	(6.270)	21.589	21.140																																							
Contribuição social																																											
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.183	(3.762)	7.225	5.646																																							
Subtotal	2.183	(3.762)	7.225	5.646																																							
Base negativa CSLL	1.309	-	5.729	7.038																																							
Subtotal - crédito tributário CSLL	3.492	(3.762)	12.954	12.684																																							
Total - crédito tributário IRPJ / CSLL	9.312	(10.032)	34.543	33.824																																							
Expectativa de realização: A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 10 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa):																																											
Crédito Tributário - Prejuízo Fiscal e Base Negativa:																																											
Descrição	2023	2024	2025	2026	Total																																						
%	2%	20%	4%	74%	100%																																						
CSLL	150	1.388	281	5.219	7.038																																						
IRPJ	250	2.314	468	8.698	11.730																																						
Valor Previsto	400	3.702	749	13.917	18.768																																						
Crédito Tributário - Diferença Temporárias (PDD):																																											
Descrição	2023	2024	2025	2026	Total																																						
%	81%	19%	-	-	100%																																						
CSLL	4.577	1.069	-	-	5.646																																						
IRPJ	7.628	1.782	-	-	9.410																																						
Valor Previsto	12.206	2.850	-	-	15.056																																						
Consolidado																																											
Descrição	2023	2024	2025	2026	Total																																						
%	37%	19%	2%	41%	100%																																						
CSLL	4.727	2.457	281	5.219	12.684																																						
IRPJ	7.878	4.095	468	8.699	21.140																																						
Valor Previsto	12.605	6.552	749	13.918	33.824																																						
O valor presente da realização dos créditos tributários para os próximos 5 anos está assim constituído:																																											
Descrição	2023	2024	2025	2026	Total																																						
Em 2022 VP	352	3.257	659	12.246	16.515																																						
(*) Taxa DI em 31/12/2022 (Fonte: B3)																																											
Descrição	2023	2024	2025	2026	Total																																						
Em 2022 VP	10.740	2.508	-	-	13.247																																						
(*) Taxa DI em 31/12/2022 (Fonte: B3)																																											
Consolidado																																											
Descrição	2023	2024	2025	2026	Total																																						
Em 2022 VP	11.091	5.765	659	12.246	29.762																																						
14. Patrimônio líquido: a. Capital Social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 79.034 (setenta e nove milhões e trinta e quatro mil reais) e está representado por 79.033.903 de ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País. No exercício de 2022 ocorreram uma série de aumento de capital que totalizam R\$ 49.034 sendo que R\$ 41.314 já foram aprovados pelo BACEN nesse período e R\$ 7.720 aguarda aprovação do regulador. Com esses aportes, o saldo do patrimônio líquido da instituição em 31 de dezembro de 2022 é de 64.871 e o PLA é de R\$ 34.783.																																											
15. Receitas de intermediação financeira:																																											
	2º semestre/22	31/12/2022	31/12/2021																																								
Operações de Crédito	30.674	55.926	26.075																																								
Resultado de Operação com TVM	3.355	5.038	1.032																																								
Receita de Depósitos Interfinanceiros	156	322	181																																								
Recup. de Créditos Baixados p/ Prejuízo	992	1.048	8																																								
Total	35.177	62.334	27.296																																								
16. Desp. de intermediação financ.:	2º semestre/22	31/12/2022	31/12/2021																																								
Despesas de Captação	10.670	18.102	4.150																																								
Reversão / (Prov.) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(6.981)	18.655	14.778																																								
Total	3.689	36.757	18.928																																								
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																											
Aos acionistas e administradores da FC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da FC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "responsabilidades dos auditores independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior O balanço patrimonial em 31/12/2021, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21/03/2022, sem modificação. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30/03/2023.																																											
<table border="0"> <tr> <td colspan="2">Em reais</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Fator de Risco</td> <td>Cenário (*)</td> <td colspan="2">Impacto na carteira de investimentos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>50 b.p.</td> <td>248,58</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>25 b.p.</td> <td>124,43</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros pós-fixados</td> <td>10 b.p.</td> <td>49,80</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>(10 b.p.)</td> <td>(49,85)</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>(25 b.p.)</td> <td>(124,70)</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>(50 b.p.)</td> <td>(249,67)</td> <td></td> </tr> </table>												Em reais				Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos			50 b.p.	248,58			25 b.p.	124,43		Juros pós-fixados	10 b.p.	49,80			(10 b.p.)	(49,85)			(25 b.p.)	(124,70)			(50 b.p.)	(249,67)	
Em reais																																											
Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos																																									
	50 b.p.	248,58																																									
	25 b.p.	124,43																																									
Juros pós-fixados	10 b.p.	49,80																																									
	(10 b.p.)	(49,85)																																									
	(25 b.p.)	(124,70)																																									
	(50 b.p.)	(249,67)																																									
(*) Ressaltamos que a referida carteira de investimentos está conservadoramente alocada em títulos públicos, que é mantida a fim de gerar liquidez para a Instituição. Risco de Liquidez: O Risco de Liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que																																											
<table border="0"> <tr> <td colspan="2">DIRETORIA</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Leonardo Grapeia - Diretor-Presidente</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Willian Lucena Santos - Contador - CRC nº 1SP318758/O-0</td> </tr> </table>												DIRETORIA		Leonardo Grapeia - Diretor-Presidente		Willian Lucena Santos - Contador - CRC nº 1SP318758/O-0																											
DIRETORIA																																											
Leonardo Grapeia - Diretor-Presidente																																											
Willian Lucena Santos - Contador - CRC nº 1SP318758/O-0																																											
<table border="0"> <tr> <td colspan="2">KPMG Auditores Independentes</td> <td colspan="2">Jonas Moreira Salles - Contador</td> </tr> <tr> <td colspan="2">CRC 2SP-027685/O-</td> <td colspan="2">CRC 1SP 295315/O-4</td> </tr> </table>												KPMG Auditores Independentes		Jonas Moreira Salles - Contador		CRC 2SP-027685/O-		CRC 1SP 295315/O-4																									
KPMG Auditores Independentes		Jonas Moreira Salles - Contador																																									
CRC 2SP-027685/O-		CRC 1SP 295315/O-4																																									

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2022

Pet Center Comércio e Participações ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 80/2022") convocar os Senhores Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia **24 de abril de 2023, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital**, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive a retenção de lucros com base em orçamento de capital; e (iv) aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) realizar a ratificação da eleição da Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley como membro do Conselho de Administração; (ii) aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Pró-Contat Contabilidade S/S Ltda. para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Cansel de Ser Gato Serviços de Produção de Conteúdo Ltda. ("CDSG"), na data base de 28 de fevereiro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da CDSG pela Companhia ("Protocolo e Justificação"); (v) aprovar a incorporação da CDSG pela Companhia, com a consequente extinção da CDSG ("Incorporação"); (vi) aprovar a alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir os novos valores do capital social e da quantidade de ações em que se divide, e, como consequência a sua consolidação; (vii) aprovar a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na referida Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação à distância pelos acionistas e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto à distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada, em 24 de março de 2023, pela Companhia. **Instruções Gerais: Quórum de Instalação:** A matéria constante do item (vii) da ordem do dia em sede de Assembleia Geral Extraordinária, sobre a proposta de alteração do estatuto social, dependerá da presença, em primeira convocação, de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 135, caput, da Lei das S.A. As demais matérias constantes da ordem do dia poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, um quarto do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 125, caput, da Lei das S.A. Esclarecemos que, caso qualquer dos quóruns de instalação acima não sejam atingidos em primeira convocação, sem prejuízo da possibilidade de deliberar, em primeira convocação, sobre os itens da ordem do dia cujo quórum de instalação seja atingido, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 dias de antecedência, nos termos do artigo 124, § 1º, II, da Lei das S.A. Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas. **Quórum de Deliberação:** Nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Acesso ao Sistema Eletrônico de Participação e Votação à Distância:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância ("Plataforma Digital"). Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8A3064A2F78F>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 22 de abril de 2023, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa		Fundo de
	Física	Jurídica	Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (2)	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso (2)	X (3)	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; (2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto; (3) No caso de representação por procurador. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8A3064A2F78F>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciá-lo, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Válida a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). O acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não recebe as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@petz.com.br, com até 1 hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone +55 (11) 3434-7181 ou pelo e-mail ri@petz.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, § 1º, II, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, § 1º, da Resolução CVM nº 81/2022. **Boletim de Voto à Distância:** Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia adotará, também, o sistema de votação à distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto à distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos dos boletins de voto à distância disponibilizados pela Companhia e observadas as orientações constantes do atual item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede social, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.petz.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. São Paulo, SP, 24 de março de 2023. **Claudio Roberto Ely – Presidente do Conselho de Administração.** (01, 04 e 05/04/2023)

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2023

1. Data, Horário e Local: No dia 21 de março de 2023, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Fradique Coutinho, 30, 7º andar, Pinheiros, CEP: 05416-000 ("Reunião"). **2. Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Felipe Andrade Pinto, Márcia Maria Ferraresi, Michell Fontes Souza, Cristina Corrêa Vergueiro Antun, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Antonio Mary Ulrich, Denys Monteiro, Marcus Vinicius Menoita Nogueira e Ricardo Antonio Weiss. Participaram, ainda, como convidados, os Srs. Fabio Schettino, Ricardo Fernandes Pereira, Gianfranco Cinelli e Guilherme Touriño Brandi ("Convidados"). **3. Mesa:** Presidente: Felipe Andrade Pinto; e Secretário: Guilherme Touriño Brandi. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e/ou deliberar sobre: (i) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) as atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia referentes ao quarto trimestre de 2022; e (iii) a autorização ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia para convocar a Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **5. Apresentação:** Os membros da Diretoria da Companhia presentes na Reunião realizaram apresentações acerca dos tópicos da ordem do dia ("Material de Suporte"). Após as apresentações, os membros do Conselho de Administração discutiram e esclareceram suas dúvidas a respeito do material fornecido e das apresentações realizadas, não havendo mais questionamentos, tampouco objeções em relação ao que foi apresentado ou ao que foi esclarecido. Os Srs. Ricardo Antonio Weiss e Antonio Mary Ulrich, membros do Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia, esclareceram que referido Comitê de Auditoria apreciou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos de parecer emitido em 21 de março de 2023. **6. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes à Reunião decidiram, nos termos do Material de Suporte, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas: (i) **Aprovar** as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes da Companhia e do relatório da administração, cujas cópias ficam arquivadas na sede da Companhia, no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para a divulgação de referidas Demonstrações Financeiras e dos demais documentos pertinentes previstos no Estatuto Social da Companhia, na legislação e na regulamentação aplicáveis, incluindo o parecer do Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes da Companhia, bem como fica a Diretoria autorizada a disponibilizar os documentos aplicáveis no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários e no endereço eletrônico da Companhia; (ii) **Tomar conhecimento** acerca das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia referentes ao quarto trimestre do ano de 2022, anuindo com as ações realizadas por referido Comitê; e (iii) **Autorizar** ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia a convocar oportunamente a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a fim de deliberar sobre as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas dos documentos mencionados no item (i) acima e demais matérias a serem objeto de deliberação. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para a realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, incluindo a divulgação dos documentos que determinam o Estatuto Social da Companhia, a legislação e a regulamentação pertinentes, bem como fica a Diretoria autorizada a disponibilizar os documentos aplicáveis à referida Assembleia no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários e no endereço eletrônico da Companhia. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos e executar todos os instrumentos necessários para a concretização das deliberações ora aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a presente Reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes, ficando autorizada a sua publicação. **8. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Sr. **Felipe Andrade Pinto**; Secretário – Sr. **Guilherme Touriño Brandi**. **Membros do Conselho de Administração:** Felipe Andrade Pinto, Márcia Maria Ferraresi, Michell Fontes Souza, Cristina Corrêa Vergueiro Antun, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Antonio Mary Ulrich, Denys Monteiro, Marcus Vinicius Menoita Nogueira e Ricardo Antonio Weiss. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** São Paulo, 21 de março de 2023. (ass.) **Guilherme Touriño Brandi** – Secretário da Reunião. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 124.970/23-0 em 30/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30

Carta de Renúncia

Ata da Reunião da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP. São Paulo-SP. Prezado Senhor, Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 61.809.182/0001-30 ("Companhia"), localizada na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700, 11º andar (parte), 13º e 14º andares (partes), Itaim Bibi, cidade e Estado de São Paulo, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 35.300.013.409, vem, por meio desta, requerer o registro na JUCESP da carta de renúncia, datada de 08 de fevereiro de 2023, do Sr. **Aecto Antonio de Campos Pinto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.347.960-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 043.432.548-10, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. São Paulo, 08 de fevereiro de 2023. Atenciosamente, **Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 86.471/23-5 em 27/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 24 de fevereiro de 2023

Hora e Local: 17:00 horas, na sede social, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte), 12º e 14º andares (partes) – Itaim Bibi, CEP 04542-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Quórum:** Presente a totalidade dos diretores em exercício. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Teodoro Zemella Bruno De Lima. **Convocação:** Por meio de avisos pessoais. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, os diretores deliberaram (i) pela indicação da Sra. **Gabriela Rodrigues**, brasileira, convivente em união estável, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 43.722.032-1 SSP/SP, e inscrita no CPF sob o nº 228.013.818-29, como Diretora responsável pelo cumprimento das obrigações previstas no art. 4º, inciso IV, da Resolução CVM nº 161, de 13 de julho de 2022 ("RCVM 161"), com relação à atividade de intermediação de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia; e (ii) pela indicação da Sra. **Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez**, argentina, casada, bancária, portadora do RNE nº V635549-0/DPF, e inscrita no CPF sob o nº 233.827.708-22, como Diretora responsável pelo cumprimento das obrigações previstas no art. 4º, inciso V, da RCVM 161, com relação ao cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos previstos nesta Resolução. **Presenças:** Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça, Augusto Alonso Martins, Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez, Marcello Antonio Chiov Luzzetti, Guilherme Ferrante Poças, Rafael Paixão Gross, Leonardo Raibin, Teodoro Zemella Bruno de Lima e Gabriela Rodrigues. **Certidão.** Confere com o original lavrado no livro próprio. **Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça** – Presidente. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 97.094/23-7 em 03/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

ENF SPE II S.A.

CNPJ/ME nº 30.612.977/0001-20 – NIRE 35.300.517.199

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Dia 27 de março de 2023 na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispençada em face da presença de quotistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Ricardo Lopes Cardoso; Secretário: André Bortoloso Stevano. **Deliberações da Ordem do Dia:** Aprovadas por unanimidade de votos: (i) nos termos do Artigo 173, § 1º, da Lei das S.A., a redução do capital social da Companhia de R\$ 1.854.523,94 para R\$ 1.238.035,94, mediante a restituição aos acionistas de parte do valor das ações, configurando, portanto, uma redução de R\$ 616.488,00 e, ainda, a redução no montante de R\$ 59.383.512,00, da conta de reserva de capital da Companhia, na forma do Artigo 182, § 1º, alínea "a" da Lei das S.A. A redução de capital acima será realizada sem que resulte no cancelamento de quaisquer ações de emissão da Companhia, uma vez que tais ações foram emitidas sem valor nominal. (ii) alteração da cláusula 5ª que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.238.035,94 (um milhão duzentos e trinta e oito mil trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) representado por (i) 100 (cem) ações ordinárias e (ii) 229.342.947 (duzentos e vinte e nove milhões e trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e sete) ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. **Parágrafo Segundo.** Cada ação ordinária e cada ação preferencial Classe A conferem ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação brasileira, conforme aplicável. As ações preferenciais Classe A conferem ao seu titular, além do direito a voto, o recebimento de dividendo fixo cumulativo, com prioridade na sua distribuição e no reembolso de capital da Companhia, nos termos da legislação brasileira." **Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião, em forma de sumário e consolidação do estatuto social. Campinas, 27 de março de 2023. (ass.) **Mesa:** Presidente – Ricardo Lopes Cardoso; Secretário – André Bortoloso Stevano.

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30

Carta de Renúncia

Ata da Reunião da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP. São Paulo-SP. Prezados Senhores, Eu, **Aecto Antonio de Campos Pinto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.347.960-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 043.432.548-10, venho, por meio desta, apresentar minha renúncia ao cargo de Diretor sem designação específica da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 61.809.182/0001-30 ("Companhia"). São Paulo, 08 de fevereiro de 2023. Atenciosamente, **Aecto Antonio de Campos Pinto**.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Balancos Patrimoniais – Em 31/12/2022 e 2021 (Em Reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)					
	2022	2021	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Ativo			2.500.000	500.000	2.244.143		
Circulante	9.794.916	9.231.841					
Caixa e equivalentes de caixa	22.278	101.168				4.747.808	4.747.808
Clientes	8.985.189	8.532.966	2.500.000		(2.500.000)		
Impostos a recuperar	567.797	479.620		500.000	(500.000)		
Conta corrente com consórcios	174.259	74.507			4.747.808	(4.747.808)	
Outras contas a receber	45.393	43.580			(220.000)		(220.000)
Não circulante			5.000.000	1.000.000	3.771.951		9.771.950
Realizável a longo prazo							
Clientes	8.414.458	10.291.460				576.308	576.308
						(576.308)	
Total do ativo	18.209.374	19.523.301					
Passivo e patrimônio líquido			5.000.000	1.000.000	4.348.259		(487.842)
Circulante	3.645.348	942.290					
Fornecedores	2.973	31.144					
Debêntures	3.526.729						
Obrigações trabalhistas e sociais	50.512	51.741					
Obrigações tributárias	43.480	61.664					
Conta corrente com consórcios	21.654	797.741					
Não Circulante	4.703.609	8.809.060					
Debêntures	3.589.873	7.626.598					
Partes relacionadas	1.113.736	1.182.462					
Obrigações tributárias	50.512	51.741					
Patrimônio líquido	9.860.417	9.771.951					
Capital social	5.000.000	5.000.000					
Reserva legal	1.000.000	1.000.000					
Reserva de lucros	3.860.417	3.771.951					
Total do passivo e patrimônio líquido	18.209.374	19.523.301					

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em Reais)		Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em Reais)		
	2022	2021		
Receita operacional líquida	10.250.320	17.651.365	Lucro líquido do exercício	576.308
Custos dos serviços prestados	(6.994.205)	(11.791.458)	(-) Total do resultado abrangente do exercício	576.308
Lucro bruto	3.256.115	5.859.907		
Despesas/receitas operacionais				
Gerais e administrativas	(1.400.733)	(43.891)		
Lucro antes do resultado financeiro	1.855.382	5.816.016		
Resultado financeiro líquido	(912.702)	(506.813)		
Lucro antes dos impostos	942.680	5.309.203		
IRPJ e Contribuição Social Corrente	(397.824)	(279.268)		
IRPJ e Contribuição Social Diferido	31.452	(282.127)		
Lucro líquido do exercício	(366.372)	(561.395)		
	576.308	4.747.808		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em Reais)	
	2022
Lucro líquido do exercício	576.308
Itens que não afetam o caixa operacional	
Depreciação e amortização	1.327.412
Provisão dos juros sobre debêntures	912.702
Juros sobre contratos de mútuo	205.661
Lucro líquido do exercício ajustado	3.022.083
Aumento/diminuição dos ativos e passivos operacionais	
Clientes	1.424.779
Impostos a recuperar	(88.176)
Outras contas a receber	(1.813)
Fornecedores	(28.172)
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.229)
Obrigações tributárias	(86.910)
Conta corrente com consórcios	(875.840)

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
 CNPJ/MF nº 33.987.793/0001-33
 Ata da Reunião da Diretoria realizada em 24 de fevereiro de 2023
 Hora e Local: 18:00 horas, na sede social do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., inscrito no CNPJ sob nº 33.987.793/0001-33 ("Companhia"), na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte), 12º a 14º andares (partes) – Itaim Bibi, CEP 04542-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Quórum:** Presente a totalidade dos diretores em exercício. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretária: Milena Weiss Aloisi. **Convocação:** Por meio de avisos pessoais. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, os diretores deliberaram (i) pela indicação do Sr. **Leonardo Mendes Cabral**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 120486543 – IFF/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 086.464.857-06, como Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações previstas no art. 4º, inciso IV, da Resolução CVM nº 161, de 13 de julho de 2022 ("RCVM 161"), com relação à atividade de intermediação de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia; e (ii) pela indicação da Sra. **Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez**, argentina, casada, bancária, portadora do RNE nº V635549-O/DPF, e inscrita no CPF sob o nº 233.827.708-22, como Diretora responsável pelo cumprimento das obrigações previstas no art. 4º, inciso V, da RCVM 161, com relação ao cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos previstos nesta Resolução. **Presenças:** Marcelo Augusto Ramos, Leonardo Raibin, Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez, Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça, Marcelo Antonio Chilov Luzetti, Guilherme Ferrante Poças, Gabriela Rodrigues, Leonardo Mendes Cabral e Milena Weiss Aloisi. **Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça** – Presidente, Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Certifico o registro sob o nº 96.409/23-0 em 03/03/2023.** Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.
 CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30
 Ata da Reunião da Diretoria realizada 01 de fevereiro de 2023
 Data, Hora e Local: 01 de fevereiro de 2023, às 11:00 horas, na sede social, à Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 11º andar (parte) e 13º e 14º andares (partes), Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000. **Quórum:** Presente a totalidade dos diretores em exercício. **Mesa Diretora:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Teodoro Zemella Bruno de Lima. **Convocação:** Por meio de avisos pessoais. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, os diretores resolvem tornar sem efeitos a deliberação da Reunião da Diretoria, realizada em 06 de dezembro de 2022, ratificando que a indicação perante à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme determinado pelo Art. 4º, inciso V, da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, em caráter interino, do Sr. Teodoro Zemella Bruno de Lima, como diretor responsável pelas atividades de gestão de riscos da Sociedade, em substituição à Sra. Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez, não produziu e não produzirá quaisquer efeitos e, consequentemente, ficando mantida a indicação anteriormente realizada da Sra. **Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez** como diretora responsável pelas atividades de gestão de riscos da Sociedade. **Presenças:** Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça, Aecto Antônio de Campos Pinto, Augusto Alfonso Martins, Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez, Marcelo Antonio Chilov Luzetti, Guilherme Ferrante Poças, Rafael Paixão Gross, Leonardo Raibin, Teodoro Zemella Bruno de Lima e Gabriela Rodrigues. **Certidão:** Conferido com o original lavrado no livro próprio. **Teodoro Zemella Bruno de Lima** – Secretário, Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Certifico o registro sob o nº 85.919/23-8 em 24/02/2023.** Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e (ou) cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.2.8. Imposto de renda e contribuição social (lucro presumido):** Definida pela Lei nº 7.689/88, foi calculado com base no lucro presumido (percentual de presunção do faturamento acrescido das demais receitas tributáveis), observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. **2.2.9. Reconhecimento de receita:** Receitas de contratos: a receita de prestação de serviços de engenharia é reconhecida levando-se em consideração o estágio de execução de cada contrato, ou seja, o progresso de cada obrigação de desempenho satisfeta ao longo da vigência do contrato sendo o progresso da obrigação de desempenho medido pela proporção dos custos incorridos em relação ao total dos custos estimados. A demais receitas operacionais são mensuradas pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeta, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço. **2.2.10. Apuração do resultado:** Os resultados de serviços prestados de engenharia de projetos são registrados com base no regime de competência. **2.2.11. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações:** Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado. **2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas o período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
 administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2023.

IBDO
BDO RCS Auditores Independentes SS
 CRC 2SP 013.846/O-1
André Silva Moura
 Contador CRC 1SP 300.564/O-7



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Enops Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 69.183.143/0001-82

Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)
Ativo Circulante: Caixa e equivalentes de caixa, Clientes, Estoques, etc.
Ativo Não Circulante: Realizável a longo prazo, Investimentos, etc.

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)
Receita operacional líquida, Lucro bruto, Lucro antes do resultado financeiro, etc.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)
Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, etc.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)
Saldo em 31 de dezembro de 2020, Aumento de capital, etc.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)
Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, etc.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)
Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, etc.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. Contexto operacional - A Enops Engenharia S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de serviços públicos e de utilidades industriais, execução incorporação e administração de obras e serviços de engenharia, inclusive projetos e consultoria, por conta própria e de terceiros, comércio, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos no seu campo de atuação, participação em consórcios, empreendimentos e licitações bem como a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção destes equipamentos. A Companhia atua no mercado de saneamento básico prestando serviços de engenharia em redução de perdas de água, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Companhia também opera através da participação em outras Empresas (SPE, Consórcios e SCP) a seguir relacionadas: 1.1. SPE avaliada pelo método de equivalência patrimonial: a) MPEN SPE 1 Incorporação Imobiliária: iniciou as operações em junho de 2015, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos imobiliários denominados "Tucumã - projeto nº 61963", sito à Avenida Tucumã, Campeche, CEP 88066-139; "Jades - projeto nº 61968", sito à Rua dos Jades, Campeche, CEP 88066-135 e "Sucupira - projeto nº 61969", sito à Rua Sucupira, Campeche, CEP 88066-129, com participação de 50%; b) MPEN SPE 2 Incorporação Imobiliária: iniciou as operações (fase de estudos de uma possível permuta) em dezembro de 2019, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos imobiliários denominados "Mondrian", sito à Rua Felipe Schmidt, No. 34, CEP 88301-040 no Estado de Santa Catarina, na cidade de Itajaí, com participação de 50%; c) MPEN SPE 3 Incorporação Imobiliária: iniciou as operações (fase de estudos e registro do empreendimento) em dezembro de 2019, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes 7 e 8 - Quadra 1 - da Matriculada "Mãe" No. 139.862 - Alvará de Construção No. 1223 - Sito à Rodovia Francisco Magno Vieira - Km 7 - No. 4.400-SC 405 - Morro das Pedras - Florianópolis-SC, com sede na Rua Manoel Pedro Vieira, No. 410 Apto 301-A, Armazém do Pantano do Sul CEP 88066-620 - Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%; d) MPEN SPE 4 Incorporação Imobiliária: iniciou as operações em março de 2021, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes 197 e 05 - Quadra B - da Matriculada "Mãe" 106.749 e 106.751 - Sito à Rua Guabiju S/No. - Campeche - Florianópolis-SC - Morro das Pedras - Florianópolis-SC, com sede na Rua Manoel Pedro Vieira, No. 410 Apto 301-A, Armazém do Pantano do Sul CEP 88066-620 - Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%; e) MPEN SPE 5 Incorporação Imobiliária: iniciou as operações fase de estudos e registro do empreendimento em abril de 2022, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes LOTE Nº 6 da QUADRA 7 DO Loteamento denominado PORTAL DO RIBEIRÃO, aprovado pelo projeto nº 56.277, situado no Distrito de Ribeirão da Ilha, Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. 1.2. Consórcios avaliados pelos critérios contábeis vigentes no CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto: a) Consórcio Aguas de Tubarão: iniciou as operações em janeiro de 2006, com a assinatura do Contrato Emergencial para operação do sistema de abastecimento de água do Município de Tubarão-SC, com participação de 33,34%, em 31 de dezembro de 2021 e 2022 o consórcio não está operacional; 1.3. Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado: Na Prestação de Serviços de Engenharia, existem Consórcios constituídos para a execução das atividades operacionais dos contratos, onde as receitas são faturadas e registradas diretamente nos registros contábeis de cada Consórcio e o custo é compartilhado e registrado nos consórcios: a) Consórcio Performance Meta, para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (Nº 01.795/18); b) Consórcio Performance Melhor Performance, para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 02.174/18); c) Consórcio Performance Perdas Guarujá, para

estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos. Essa proporção é aplicada sobre o valor da receita total contratada do projeto, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. 2.2. Principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. 2.2.2. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"), tal provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. 2.2.3. Investimentos e consórcios: Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e pelo método de custo, os avaliados por equivalência são efetuados com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas coligadas na mesma data-base da Companhia. O investimento avaliado pelo método de custo na investida Jacundá Ambiental passa por avaliação de valor recuperável a fim de identificar a necessidade de realização de impairment. A Companhia possui participação em consórcios para operações em conjunto que estão sendo avaliados pelos critérios contábeis vigentes no CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, reconhecendo sua parcela sobre os ativos, passivos, receitas e despesas do consórcio. 2.2.4. Imobilizado: O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. 2.2.5. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos ou desenvolvidos pela companhia que possuem vida útil definida, são registrados por seu valor de custo, subtraindo a amortização acumulada e ajustes a valor recuperável. Para os ativos intangíveis sem vida útil definida, o registro é efetuado pelo seu valor de custo, subtraído de ajustes a valor recuperável. A administração avalia anualmente a recuperabilidade de cada unidade geradora de caixa, através de projeções de fluxo de caixa futuro ajustado a valor presente utilizando uma taxa de desconto apropriada. 2.2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. 2.2.7. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. 2.2.8. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Os empréstimos, financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pró-rata temporis"). 2.2.9. Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e (ou) cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 2.2.10. Imposto de renda e contribuição social (lucro presumido): Definida pela Lei nº 7.689/88, foi calculado com base no lucro presumido (percentual de presunção do faturamento acrescido das demais receitas tributáveis), observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. 2.2.11. Reconhecimento de receita: Receitas de contratos: a receita de prestação de serviços de engenharia é reconhecida levando-se em consideração o estágio de execução de cada contrato, ou seja, o progresso de cada obrigação de desempenho satisfeta ao longo da vigência do contrato sendo o

progresso da obrigação de desempenho medido pela proporção dos custos incorridos em relação ao total dos custos estimados. A demais receitas são mensuradas pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeta, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceita o serviço. 2.2.12. Ajuste do resultado: Os resultados de serviços prestados de engenharia de projetos são registrados com base no regime de competência. 2.2.13. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações: Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado. 2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas o período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Carlos J. T. Berenhauer - Diretor Presidente
Eduardo Cerquetani - Diretor Financeiro
Robson Rodrigues - Contador CRC SP 282.959/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Enops Engenharia S.A. - São Paulo-SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Enops Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enops Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento da Receita - estimativa dos custos de constru-

ção e percentual de conclusão das obras ("POC"): Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 02, a Companhia utiliza o método de Projeção de Conclusão da Obra ("POC") para contabilizar as receitas de prestação de serviços. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer que a administração da Companhia considere, entre outros aspectos, as estimativas dos custos a incorrer até o término da conclusão do serviço a fim de estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos e ao orçamento de custos do projeto. Essa proporção é aplicada sobre o valor total do projeto determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. Resposta de auditoria ao assunto: Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da administração na determinação dos orçamentos de custos, sua revisão periódica e o estágio da execução do serviço. Assim, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e para o monitoramento dos custos incorridos. Testamos os custos incorridos em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos. Com base em uma amostra de contratos, inspecionamos os orçamentos e suas respectivas aprovações. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as estimativas utilizadas pela administração são consistentes com os dados e informações obtidas. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. Contador
André Silva Moura
CRC 2 SP 013.846/O-1 CRC 1 SP 300.564/O-7

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS